

Sandra Regina Gonçalves Pimentel

**CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA
ESCOLHA DE LIVROS DIDÁTICOS NO COLÉGIO PEDRO II**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio,
como requisito para a obtenção do título
de Mestre em Avaliação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia Regina Goulart Vilarinho

Rio de Janeiro
2016

P644c Pimentel, Sandra Regina Gonçalves.
Construção e validação de instrumentos de
avaliação para escolha de livros didáticos no Colégio
Pedro II / Sandra Regina Gonçalves Pimentel. – 2016.
80 f.; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia Regina Goulart Vilarinho
Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) – Fundação
Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2016.
Bibliografia: f. 59-62.

1. Avaliação Educacional 2. Livros Didáticos I.
Vilarinho, Lúcia Regina Goulart. II. Título.

CDD 379.154

Ficha catalográfica elaborada por Alessandra Hermogenes (CRB7/6717)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação

Assinatura

Data

SANDRA REGINA GONÇALVES PIMENTEL

**CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA
ESCOLHA DE LIVROS DIDÁTICOS NO COLÉGIO PEDRO II.**

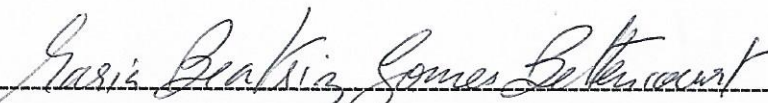
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Avaliação.

Aprovado em 19 de dezembro de 2016

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. LÚCIA REGINA GOULART VILARINHO
Fundação Cesgranrio



Prof^ª. Dr^ª. MARIA BEATRIZ GOMES BETTENCOURT
Fundação Cesgranrio



Prof^ª. Dr^ª. FÁTIMA IVONE DE OLIVEIRA FERRÊIRA
Colégio Pedro II

Dedico este trabalho a minha mãe Vera pelo carinho e por não me deixar desistir e me apoiar nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

À minha Orientadora, Prof.^a Dr.^a Lucia Goulart Vilarinho, pela sua dedicação, ensinamentos, gentileza e contribuições valiosas durante toda a orientação deste trabalho.

À Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Bettencourt e à Profa. Dra. Fatima Ivone de Oliveira Ferreira, pela sua valorosa participação na banca examinadora.

À Prof.^a Dr.^a Ligia Gomes Elliot, por sua dedicação ao Curso de Mestrado e pelas contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos docentes do Curso de Mestrado em Avaliação da Fundação CESGRANRIO, pelos conhecimentos adquiridos, em especial à Profa. Dra. Ligia Silva Leite, pelo incentivo durante todo o curso.

Aos funcionários Nilma Gonçalves Cavalcante, Valmir Marques de Paiva, Laura Barros e aos funcionários de apoio, pelo sempre ágil e gentil atendimento.

Às funcionárias da Biblioteca, Alessandra Hermógenes e Anna Karla Souza da Silva, pelas contribuições a este trabalho.

À Direção do Colégio Pedro II *Campus* Humaitá I, Ana Paula Giroux Leitão, Teresa Lúcia Palmeiro Cysne e Marina Novaes e Cruz por permitir a viabilização desta avaliação e pelo incentivo para a realização deste trabalho.

Às queridas amigas Flavia Lino, Giselle Souza Pinto e Thaize Feijó, pelo apoio e palavras sempre carinhosas durante o curso.

Aos meus colegas do *Campus* Humaitá I pela participação na construção desta dissertação em especial às amigas Inês Sá, Ana Claudia Martinez, Kate Benedict, Monica Teixeira, Cecilia Marafelli, Marina Novaes e Cruz e Ana Paula Giroux Leitão pelo apoio e contribuições durante a realização deste trabalho.

À Teresa Lúcia Palmeiro Cysne, que além do incentivo foi fundamental para a realização desta avaliação.

À Sonia Natal, por me ajudar em muitos momentos durante o curso, tirando dúvidas e apoiando quando eu precisei.

Aos meus colegas da turma 2015, pelas trocas enriquecedoras e pelo agradável convívio no decorrer do curso. Em especial, aos amigos Isabela Braga, Henrique Alves, Marta Barboza, Luiz Fernando Cavalcante e Gleice Brito pela parceria, incentivo e pelas palavras de apoio durante o curso de Mestrado.

À Marcos Soares que esteve comigo desde o processo de seleção até a conclusão deste momento especial da minha carreira profissional, me incentivando e me apoiando de forma carinhosa e compreensiva.

Muito obrigada!

RESUMO

Este estudo teve por objetivo construir e validar um instrumento de avaliação de livros didáticos oriundos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com a finalidade de auxiliar professores, do 1º segmento do Ensino Fundamental do Colégio Pedro II, na escolha dos livros que serão utilizados por seus alunos durante o ano letivo. O referido instrumento tomou por base o Projeto Político-Pedagógico do Colégio Pedro II e os critérios de avaliação de um instrumento já validado (SILVA, 2015), o que levou a dividi-lo em três categorias avaliativas, a saber: aspectos filosófico-educacionais, aspectos didático-metodológicos e aspectos materiais, subdivididas em indicadores específicos. A abordagem avaliativa utilizada neste estudo foi a Avaliação Centrada nos Especialistas, uma vez que os respondentes da validação são professores atuantes no segmento, com significativa experiência em sala de aula. A primeira validação foi realizada por três professoras doutoras em educação, sendo uma delas especialista em avaliação. Elas validaram o quadro de critérios, o questionário e a primeira versão do instrumento. Após esta validação, foi o instrumento e o questionário reformulados submetidos a 29 docentes, respondentes da segunda etapa do estudo. As observações e sugestões pertinentes, apresentadas pelos avaliadores, foram inseridas no instrumento, visando o seu aperfeiçoamento. A análise e avaliação dessas especialistas permite supor que o instrumento atende às necessidades do corpo docente no que tange à avaliação dos livros didáticos, ficando evidenciada a sua utilidade e adequação ao objetivo para o qual foi proposto. Como resultado final, infere-se a sua relevância para professores interessados em dar mais qualidade à escolha do livro didático.

Palavras-chave: Avaliação do Livro Didático. Questionário de Avaliação. Colégio Pedro II. Projeto Político-Pedagógico.

ABSTRACT

The study's objective was to build and validate a textbook evaluation instrument from the National Textbook Program, with the purpose of assisting basic education teachers of the Pedro II School in choosing the textbooks that will be used by their students throughout the school year. The instrument was based on the Pedro II School's political-pedagogical project. To define the evaluation criteria, an instrument already validated (SILVA, 2015) was chosen as basis, which led to three evaluative categories subdivided in specific indicators: philosophic-educational aspects, didactic-methodological aspects and material aspects. The evaluative approach used in this study was the evaluation centered on specialists since the validation's respondents are teachers of this segment with significant classroom experience. Three teachers, with doctoral degrees in education and one being a specialist in evaluation, carried out the first validation. They validated the criteria framework, the questionnaire and the first version of the instrument. The questionnaire and the instrument were then reformulated and submitted to 29 teachers, the study's second phase respondents. The pertinent observations and suggestions presented by the evaluators were inserted in the instrument in order to enhance its quality. These specialists' analysis and evaluation led to the assumption that the instrument meets the faculty's needs regarding the textbooks evaluation emphasizing its utility and adequacy for the proposed objective. As a result, it can be inferred that the instrument is relevant for teachers interested in improving the quality of textbook selection.

Keywords: Textbook evaluation. Evaluation questionnaire. Pedro II School. Political-pedagogical project.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Matriz da Proposta Curricular dos Anos Iniciais no PPP-CPIL.....	29
Quadro 2	Categorias de avaliação e seus indicadores.....	32
Quadro 3	Avaliação das categorias.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Titulação e categorias dos respondentes.....	38
Tabela 2	Tempo de magistérios no Colégio Pedro II.....	39
Tabela 3	Avaliação dos indicadores da categoria aspectos filosóficos-educacionais.....	41
Tabela 4	Avaliação dos indicadores da categoria aspectos didático-metodológicos.....	44
Tabela 5	Avaliação dos indicadores da categoria aspectos materiais.....	47
Tabela 6	Avaliação do instrumento como apoio na escolha do livro didático.....	49
Tabela 7	Adequação do instrumento ao objetivo para o qual foi proposto.....	50

SUMÁRIO

1	O LIVRO DIDÁTICO E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL.....	11
1.1	O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD).....	15
1.2	CONTEXTO, OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	21
2	DIMENSÕES PEDAGÓGICAS DO COLÉGIO PEDRO II.....	25
2.1	A CONSTRUÇÃO DO PPP DO COLÉGIO PEDRO II – UM BREVE HISTÓRICO.....	26
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
3.1	QUESTÃO E ABORDAGEM AVALIATIVA.....	31
3.2	QUADRO DE CRITÉRIOS.....	32
3.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	33
3.3.1	Respondentes do estudo.....	33
3.3.2	Instrumento de coleta de dados.....	34
3.3.3	Validação do questionário.....	35
4	RESULTADOS.....	38
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES.....	38
4.2	AVALIAÇÃO DAS CATEGORIAS.....	39
4.3	AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA ASPECTOS FILOSÓFICOS-EDUCACIONAIS.....	40
4.4	AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA ASPECTOS DIDÁTICOS – METODOLÓGICOS.....	44
4.5	AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA ASPECTOS MATERIAIS.....	47
4.6	AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO COMO APOIO NA ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO.....	49
4.7	ADEQUAÇÃO DO INSTRUMENTO AO OBJETIVO PARA O QUAL FOI PROPOSTO.....	49
4.8	ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS.....	50
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	55
	REFERÊNCIAS.....	59
	APÊNDICE A – Ficha de Avaliação entregue aos especialistas.....	64
	APÊNDICE B – Questionário validado entregue à equipe docente do Colégio Pedro II.....	69
	APÊNDICE C - Ficha de Avaliação avaliada e reelaborada pelos docentes do Colégio Pedro II.....	74

1 O LIVRO DIDÁTICO E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL

O Livro Didático surge no Brasil, pela primeira vez, em 1549 com a vinda dos Jesuítas, na expedição de Tomé de Souza, os quais tinham por objetivo catequizar os habitantes considerados 'gentílos', pregando o catolicismo em nome de Jesus. Em terras brasileiras, o projeto de catequização foi ampliado, mas a sua grande missão era falar em nome de Deus para os índios (AZEVEDO, 1976).

Para além da catequese, os livros trazidos pelos padres jesuítas permitiam o ensino da leitura e da escrita nos colégios fundados ao lado das igrejas católicas já existentes. Assim, concomitante ao objetivo de conversão do índio à fé católica, aos poucos foi se consolidando o ensino regular aos filhos dos colonos, contribuindo-se, desta forma, para a formação da burguesia urbana, nela incluídos os filhos dos donos das fazendas de açúcar, denominadas 'engenhos'. Ao terminarem seus estudos no Brasil, muitos desses jovens se encaminhavam para a Universidade de Coimbra, adquirindo conhecimentos suficientes para se imbuir do espírito nacionalista e, quando voltavam para o Brasil, traziam o propósito de transformar a sociedade colonial aristocrata em uma sociedade independente da corte portuguesa.

Para Azevedo (1976, p. 42)

uma das conseqüências, porém, certamente a mais larga e a mais importante, dessa cultura urbanizadora que se desenvolveu pela ação pedagógica dos jesuítas, foi a unidade espiritual que ela contribuiu notavelmente para estabelecer uma base ideológica, lingüística, religiosa e cultural à unidade e à defesa nacionais.

O fato de não existir, no período colonial, uma imprensa brasileira obrigava os estudos nos livros produzidos na Europa. Havia, neste contexto, uma censura constante ao que era / podia ser lido, especialmente em relação àqueles de autores brasileiros, pois quando levados à Corte de Lisboa eram submetidos a amplo processo de análise para terem autorizada a impressão de seus trabalhos.

Segundo Gomes (2007, p. 134), a presença de uma

pequena elite intelectual representava uma proeza numa colônia em que tudo se proibia e censurava. Livros e jornais eram impedidos de circular livremente[...]. Quem ousasse expressar opiniões em público contrárias ao pensamento vigente na corte portuguesa corria o risco de ser preso, processado e, eventualmente, deportado. Imprimi-las,

então, nem pensar. Até mesmo reuniões para discutir ideias eram consideradas ilegais.

Pelo exposto percebe-se que a história do livro didático no Brasil Colônia é marcada por três dimensões: a conversão, isto é, a ideia de transformar a vida do índio, considerado selvagem; a censura imposta à leitura; e a proibição de qualquer processo editorial. Esta situação permaneceu até a chegada de D. João VI ao Brasil (1808). Com a vinda do Monarca foram trazidos 60 mil volumes da Biblioteca Real de Portugal, os quais viriam a fazer parte da Biblioteca Real, localizada no Rio de Janeiro, criada em 1819, hoje Biblioteca Nacional. Este fato provocou o aumento do número de livrarias existentes à época (apenas duas em 1808, para cinco em 1809) e gerou um interesse muito maior por livros e pela leitura. Na bagagem do rei também estava um prelo de madeira (máquina primitiva para impressão), de fabricação inglesa, o qual foi instalado na Imprensa Régia, encarregada de tornar públicos os documentos oficiais do reino. Deste prelo saíram o primeiro jornal impresso no Brasil (A Gazeta do Rio de Janeiro -1808 e a primeira obra de literatura: Marília de Dirceu, de Tomás Antonio Gonzaga). (HALLEWELL, 1985).

Alguns anos depois, em 1821, com a nova Constituição portuguesa, foi abolida a censura prévia, o que permitiu um aumento significativo de impressões, especialmente as de caráter político. Também foi abolido o monopólio da impressão, mantido pelo governo, o que deu margem ao surgimento de diversas tipografias particulares. Em 1822, a cidade do Rio de Janeiro já possuía sete tipografias (HALLEWELL, 1985).

A liberdade da produção de livros contribuiu decisivamente para incrementar o mercado livreiro. Durante o Império, especialmente no governo de Pedro II, a preocupação com os livros usados nas escolas ampliou-se significativamente, cabendo destacar a ação pedagógica do Colégio Imperial Pedro II nesta direção.

Fundado em 2 de dezembro de 1837, o Colégio desde então vem ocupando lugar de destaque no âmbito da educação brasileira, pois: “Foi o único estabelecimento de ensino secundário a outorgar a seus formandos o “grau de bacharel em Letras” e depois o título de “bacharel em Ciências e Letras”, deferência que permitia o ingresso direto de seus alunos em cursos superiores.” (COLÉGIO PEDRO II, 2000). Entre os renomados docentes que fizeram parte de seu corpo acadêmicos situam-se: Joaquim Manoel de Macedo, Barão do Rio Branco,

Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Antenor Nascentes, Manuel Bandeira, Aurélio Buarque de Holanda, Celso Cunha, Rocha Lima, Cândido Jucá e Evanildo Bechara, todos relacionados a relevantes ideias produzidas no contexto da Educação (COLÉGIO PEDRO II, 2000).

No Núcleo de Desenvolvimento e Memória (NUDOM), setor integrante da estrutura deste Colégio, encontram-se referências à participação deste estabelecimento no plano educacional do país.

Dentre os documentos históricos que compõem o acervo do NUDOM, podemos destacar como fontes de pesquisas acadêmicas os seguintes documentos/monumentos: As Reformas da Instrução Pública, no Império e nos primeiros períodos da República, os Programas de Ensino do Colégio Pedro II desde sua criação em 1837, os livros didáticos e as Teses de seus professores catedráticos, assim como, as coleções de Livros Manuscritos exemplificadas através das Atas da Congregação, Atas de Concurso, Livros de Matrícula, Livros de Nomeação de Professores e Funcionários do Colégio, Nesses termos, o NUDOM caracteriza-se como centro interdepartamental de estudos e configuram o Colégio Pedro II como “lugar de memória” da História da Educação Brasileira. (ANDRADE; SANTOS, 2015, p. 2).

Dentre os livros didáticos de seus professores/autores de utilização nacional pode-se destacar: Lições de História do Brasil de Joaquim Manuel de Macedo, História do Brasil de João Ribeiro, Curso Elementar de Litteratura Nacional de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Curso de Mathematica Elementar de Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Methodo Pratico Para Aprender a Língua Francesa de Gastão Ruch (ANDRADE; SANTOS, 2015).

É, no entanto, a partir de 1929, no governo de Getúlio Vargas, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), que surge o embrião de uma política nacional voltada especificamente para o livro didático (MIRANDA; LUCA, 2004). Segundo essas autoras, esta iniciativa deu maior legitimidade ao livro didático elaborado no Brasil¹ e favoreceu o aumento de sua produção. Em 1938, por meio do Decreto-Lei N. 1.006, foi instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) com a finalidade de legislar e controlar a sua produção.

¹ Cabe lembrar que muitas escolas particulares religiosas, no início do século passado, levavam seus alunos a estudar em livros de disciplinas diversas, redigidos em francês, como é o caso do Colégio Sion, localizado nas cidades do Rio de Janeiro e de Petrópolis (depoimento de ex-aluna)

Miranda e Luca (2004) destacam um aspecto importante na política de governo relativa ao livro didático: trata-se do art. 5º do Decreto-Lei 8.460 de 26/12/1945, no qual se consolidam as condições de produção, importação e utilização do livro didático, garantindo-se ao professor a prerrogativa da escolha do livro didático a ser usado com seus alunos.

As autoras apresentam uma cronologia dos principais fatos que alimentam esta política, entre os quais cabe destacar:

a) a obtenção, por meio do acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) (1966), de recursos para a distribuição gratuita de 51 milhões de livros no período de três anos. Este acordo sofreu muitas críticas por parte dos educadores brasileiros, pois caberia ao MEC e ao Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL), apenas as responsabilidades de execução e aos órgãos técnicos da USAID, caberia todo o controle (DI GIORGI et al., 2014). Pode-se, no entanto, admitir que esta forma de distribuição (gratuita) é o embrião da atual Política Nacional do Livro Didático, que busca suprir as escolas públicas com este recurso tão importante no processo de ensino-aprendizagem (professores e alunos aprendem com o livro didático);

b) a co-edição, a partir de 1970, de livros didáticos, estabelecida entre o MEC e editoras particulares nacionais, a qual pode ser percebida como a base da atual relação entre o MEC e o mercado livreiro;

c) a extinção, em 1976, do INL, com sua substituição pela Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), que se tornou responsável pela execução do programa do livro didático, atuando com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo as autoras, nesta ocasião, boa parte das escolas públicas municipais não era atendida pelo programa;

d) a criação, em 1983, da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), em substituição à FENAME, trazendo a proposta de participação dos professores na escolha dos livros didáticos; e, finalmente,

e) a criação, por meio do Decreto n. 91.542, de 19/8/85, do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), o qual é mantido hoje como uma política pública na área educacional, atingindo todos os estados da Federação. Pela sua importância cabe apresentar as suas finalidades básicas, o que é feito a seguir, tendo claro que ao observar-se:

a cronologia das ações do governo brasileiro em relação ao livro didático, constata-se que, embora a estruturação de um programa de avaliação determinante dos processos de compra seja algo relativamente recente, o estabelecimento de uma política pública para o livro didático remonta ao Estado Novo, quando se instituiu, pela primeira vez, uma Comissão Nacional de Livros Didáticos, cujas atribuições envolviam o estabelecimento de regras para a produção, compra e utilização do livro didático. (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 124).

1.1 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

O PNLD é, segundo diversos autores (BRITTO, 2011; HÖFLING, 2000; SILVA, 2012), um programa federal de aquisição e distribuição de material didático de importância indiscutível, que vem sendo consolidado, expandido e aprimorado ao longo dos últimos anos. Tem como objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores através da distribuição gratuita de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica, seguindo uma orientação básica: o MEC, avalia as obras e publica um Guia de Livros Didáticos com resumos das coleções aprovadas. Em seguida, o Guia é distribuído nas escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, os que atendem ao seu projeto político pedagógico. O programa é executado em ciclos trienais alternados. A cada ano o FNDE recebe os livros já analisados pela equipe avaliadora do PNLD e os distribui para todos os alunos de determinada etapa de ensino, repondo e complementando os livros reutilizáveis para outras etapas.

Segundo Höfling (2000, p. 160), o “Estado deve assumir o compromisso de garantir o ensino fundamental gratuito e obrigatório e, ao mesmo tempo, o atendimento ao educando, através de programas suplementares”. Desta forma, verifica-se a adequação do PNLD a este compromisso.

A mesma autora observa que

a distribuição gratuita de livro didático tradicionalmente vem sendo entendida como uma das funções do Estado no que se refere ao fornecimento do material didático-pedagógico. Mesmo que seja possível uma interpretação mais elástica em relação a essa obrigatoriedade, o próprio governo considera seu empenho na compra e na distribuição gratuita de livros às escolas, como tarefa essencial no atendimento à população escolar. O PNLD é sistematicamente mencionado – e até mesmo politicamente usado – para referendar o nomeado “sucesso” da política educacional brasileira. (HÖFLING, 2000, p. 160).

Desta forma, o programa deixa de ter um caráter assistencial e adquire, através dos parâmetros constitucionais, um caráter universal, obrigatório, voltado para aqueles que têm direito ao acesso à educação (HÖFLING, 2000). Desde sua origem, tem sofrido muitas críticas, sendo que uma delas foi bastante positiva, pois levou a mudança significativa na medida em que “os livros didáticos passaram a ser escritos, via de regra, por professores com formação nas áreas, sobre as quais escreviam e, de um modo geral, em exercício nas séries para as quais seus livros eram destinados.” (SILVA, 2012, p. 809).

No ano de sua criação (1985), o PNLD trouxe as seguintes inovações: (a) indicação do livro didático pelos professores; (b) reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; (c) extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª séries das escolas públicas e comunitárias; (d) fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE, sendo garantido o critério de escolha do livro pelos professores (BRASIL, 2012a).

Desde então, segundo Di Giorgi et al. (2014) se inicia, de forma mais intensificada, a preocupação com a qualidade dos livros didáticos. Com isso, em 1993, foi criada a primeira comissão de avaliação que tinha como critério de eliminação, os livros que contivessem erros conceituais e ainda qualquer tipo de preconceito (DI GIORGI et al. 2014).

Para Britto (2011), o programa foi aperfeiçoado, por volta da década de 90, quando todos os alunos do ensino fundamental regular em escolas públicas passaram a receber os livros e quando, também, passou a ocorrer a avaliação pedagógica para assegurar a qualidade do material adquirido. Entre os anos de 1993 e 1994 foram definidos critérios de avaliação dos livros didáticos com a publicação “Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos”.

O primeiro processo de avaliação de livros didáticos, com vista à publicação do Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª série, ocorreu no ano de 1996. Desde então os livros inscritos para avaliação no âmbito do PNLD, passam por este procedimento. Em sua versão mais recente, os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo, são excluídos do Guia do Livro Didático. Sobre este aspecto, Höfling (2000, p. 168) esclarece:

Desde 1996 essas comissões têm atuado mais sistematicamente avaliando livros didáticos, e à época da divulgação de seus resultados é possível ler com muita frequência matérias com títulos como “Editoras vão à Justiça contra o MEC” (Folha de S. Paulo, 21/5/96), “Autores de livros didáticos exigem lista do MEC” (Folha de S. Paulo, 13/1/97), em jornais de grande circulação. Até mesmo pressões diretamente exercidas sobre os pareceristas são relatadas pelos componentes das comissões de avaliação.

Atualmente o programa distribui os livros didáticos de acordo com os seguintes critérios: livros consumíveis e livros reutilizáveis. Entende-se por livros consumíveis, aqueles entregues aos alunos e que não precisam ser devolvidos ao final do ano letivo. Os reutilizáveis, são aqueles que devem ser devolvidos ao final do ano letivo, de modo que possam ser utilizados por um período de 3 anos. Há também os que se constituem em acervo, que vão integrar o material permanente da escola, sendo, portanto, de uso coletivo (BRITTO, 2011).

A distribuição de dicionários de língua portuguesa, passou a integrar o programa no ano 2000 e no ano seguinte, pela primeira vez, os livros didáticos foram entregues um ano antes de sua utilização. Sobre este particular, Di Giorgi et al. (2014, p. 1033) comentam:

A partir de 2000, foi inserida no PNLD a distribuição de dicionários da Língua Portuguesa aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, mas, em 2005, em vez de entregar uma obra para cada aluno, o FNDE passou a fornecer acervos de dicionários a todas as escolas públicas do ensino fundamental. O ensino médio passa a ser atendido integralmente pelo PNLD em 2001, inclusive na modalidade Educação Jovens de Adultos.

Como esclarece Britto (2011), a partir de 2001, os alunos com deficiência também passaram a ser contemplados, recebendo livros em Braille, cartilhas, dicionários e CD-ROMs da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Foram adotados os novos formatos de acessibilidade eletrônica para deficientes visuais (Mecdaisy). O atendimento se estendeu, também, a alunos da rede filantrópica de educação especial.

Até chegarem às escolas e serem avaliados pela equipe pedagógica, os livros didáticos passam por várias etapas, a saber: (a) inscrição das editoras que desejam participar do edital aberto pelo MEC; (b) triagem e a avaliação dos livros recebidos pelo MEC que os encaminha para o Instituto de Pesquisas Tecnológicas da

Universidade de São Paulo (IPT-USP), para avaliação da qualidade técnica. Após esta análise, são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), que é o órgão responsável pela avaliação pedagógica; (c) confecção do Guia do Livro Didático, documento que contém as avaliações dos livros aprovados, publicadas pelo FNDE. Este material é enviado às escolas cadastradas no Censo Escolar. É nesta fase que os professores e demais membros da equipe pedagógica, fazem as análises das resenhas de cada coleção e selecionam as que estão mais de acordo com o projeto político pedagógico da escola, com os alunos e professores e, ainda, com a realidade sociocultural das instituições. Após esse processo a escola deve apontar sua escolha e fazer o pedido de duas obras para cada ano/disciplina; (d) produção em série dos livros. Nesta etapa o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras, firma o contrato, informando a quantidade e os locais de entrega. A produção é supervisionada por técnicos do FNDE; e (e) distribuição dos livros, realizada pelas editoras diretamente com as escolas, através de contrato com o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

É importante ressaltar que desde 2009, para formalizar a participação das escolas no PNLD, é exigido das redes de ensino que firmem o termo de adesão com o FNDE, Esta medida tem como objetivo aumentar a eficiência dos recursos empregados, evitando a remessa automática de livros para estados ou municípios que adotem outro material didático, como, por exemplo, os sistemas apostilados (BRITTO, 2011).

Segundo Di Giorgi et al. (2014), apesar de ser aperfeiçoado com frequência, o PNLD ainda sofre críticas, principalmente em relação às obras selecionadas que chegam às escolas. Isso pode ocorrer porque:

Concluída a negociação, o FNDE firma um contrato com cada editora, com quantitativos baseados em projeções do número de alunos nas escolas, calculadas a partir do censo escolar mais atualizado. Não havendo acordo entre as partes em relação ao preço, o regulamento permite que o FNDE, em respeito ao princípio da economicidade, contrate a aquisição de obras escolhidas em segunda opção. Na eventualidade de novo impasse, o Fundo pode negociar a aquisição da obra mais escolhida na região da escola. (BRITTO, 2011, p. 8).

Silva (2012, p. 806) afirma que o livro didático está “consagrado em nossa cultura escolar” e “tem a primazia entre os recursos didáticos utilizados na grande

maioria das salas de aula do Ensino Básico”. Além de ser um instrumento de “(in)formação” para professores, o livro didático é considerado um elemento importante para aumentar o *capital cultural* dos alunos e também o de suas famílias (DI GIORGI et al., 2014, p. 1036).

Apesar da importância que apresenta no contexto escolar, em qualquer nível de ensino, há sempre muitas críticas em relação a aspectos os mais distintos que fazem parte da sua produção, como conteúdo, formato, ideologias presentes no texto, etc. Em última instância, as críticas remetem para a questão da qualidade do material didático-pedagógico. No entendimento do MEC:

o Estado e algumas escolas particulares, representam um instrumento de controle do sistema escolar, a garantia de certa qualidade de ensino e a difusão de valores. **Para o professor**, asseguram um modelo de prática, segurança no processo de desenvolvimento do trabalho e eficiência na transmissão de conteúdos exigidos por programas ou currículos. **Para as famílias**, expressam um sinal de qualidade na educação. (BRASIL, 1998a, p. 79, grifo nosso).

São vários os motivos que levam à primazia do livro didático nas salas de aula, entre eles, o fato de, muitas vezes, ser o único instrumento utilizado pelos professores no processo de ensino-aprendizagem. A situação encontrada em inúmeras escolas contribui para este cenário. Segundo o MEC (BRASIL, 1998b), o Estado reconhece que devido ao elevado número de alunos por classe e de turmas assumidas por um professor, faz-se necessário o uso de um recurso didático capaz de se adaptar a esta complexa realidade. Alia-se a esses aspectos a questão da precária formação dos professores. Assim, o livro didático assume uma enorme relevância, sendo uma das ferramentas mais importantes no processo de construção do conhecimento.

Em entrevista à Kazumi Munakata, a responsável pela edição de livros didáticos de uma editora que sempre submete materiais ao PNLD afirmou:

Não podemos fazer para a escola pública um material que dê trabalho para o professor, que implique preparação de aula, pesquisa além do livro. Porque ele não tem onde, não tem recursos, não tem formação para isso. A gente tem que fazer livros mais mastigadinhos, com aula prontinha do começo ao fim, que tenha estratégia já indicada para o professor, que não implique preparação de aula, pesquisa além do livro. (MUNAKATA, 2012, p. 151).

Silva (1996) considera que “à perda crescente da dignidade do professor do professor brasileiro contrapõe-se o lucro indiscutível e estrondoso das editoras de livros didáticos”. Bezerra (2006), afirma que

as condições de trabalho e de formação dos professores tornavam-se cada vez mais precárias, justamente no momento em que a escola começava a atender uma clientela que antes estava alijada do saber formal. Os materiais didáticos rapidamente deixaram de ser obras de referência, como haviam sido até então, e passaram a orientar e conduzir a ação docente. (BEZERRA, 2006, p. 31).

As percepções aqui expressas acabam por endossar a produção de livros “mastigadinhos”, que ajudem ao professor a superar a sua falta de tempo para planejar as aulas e a sua formação repleta de lacunas.

Este cenário complexo tem levado os pareceristas do PNLD a ter maior atenção na avaliação dos manuais do professor. Segundo Silva (2012), em algumas edições, por exemplo, o Guia dos Livros Didáticos, deixa claro que os referidos manuais não devem constar apenas as respostas dos exercícios apresentados nas coleções, mas devem servir como instrumento de formação do professor. A função de formação do livro didático tem recebido muitas críticas de autores da área da educação. Se por um lado, esse instrumento assume o papel de condutor das atividades pedagógicas realizadas pelos professores, por outro passa a ser um obstáculo na aprendizagem dos alunos. Como afirma Oliveira (2014), os alunos têm dificuldades de compreender o conteúdo que neles constam, fazendo com que as aulas se tornem teóricas, sem qualquer atividade que prenda a atenção dos discentes, pois os professores ministram suas aulas da forma mais tradicional possível.

Oliveira (2014, p. 3) sugere um caminho diferente.

Observando a importância e o papel que os livros didáticos têm na sala de aula, a Pedagogia contemporânea propõe que os professores os utilizem como um apoio e não como guia de suas práticas didático-pedagógicas, sugerindo o uso de outros recursos didáticos para facilitar a aprendizagem dos alunos, como também, novas metodologias de uso dos livros didáticos.

1.2 CONTEXTO, OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A problemática do livro didático repercute, de forma mais incisa, em escolas que possuem um corpo docente qualificado como é o caso do Colégio Pedro II. Seus professores, para ingressarem como docente do Ensino Fundamental (1º segmento), no cargo de professor de ensino básico, técnico e tecnológico, devem atender aos seguintes requisitos: ter Curso Normal Superior; ou Curso Superior de Pedagogia com habilitação em Magistério para as Séries Iniciais; ou Formação de Professores de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, em nível médio, ou Licenciatura Plena, com diploma expedido por instituição reconhecida pelo MEC. O professor que tiver especialização, mestrado ou doutorado, recebe uma retribuição por titulação, o que incentiva a formação continuada do docente e o torna um sujeito mais crítico e qualificado.

Há que se salientar que o colégio possui um plano de carreira onde o servidor tem a possibilidade de atingir níveis mais altos, de acordo com a sua titulação e avaliação de desempenho. A partir de um acordo firmado entre os representantes dos trabalhadores(as) e os ministérios (MEC e MPOG) em 2008, que resultou na publicação da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, os professores da carreira 1º e 2º graus foram impelidos a mudar para a carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT. Com esta lei o professor passa a investir na sua carreira acadêmica visando melhorar seu desempenho profissional e sua progressão como servidor.

A boa formação de seu corpo docente é uma tradição na Instituição e contribui, decisivamente, para tornar as práticas educacionais mais críticas e inovadoras. Tais práticas se refletem na formação dos alunos, reconhecidos como reflexivos e críticos diante da complexidade do mundo e da sociedade atual.

Para este corpo docente, inúmeras questões podem ser levantadas em relação à seleção dos livros didáticos. Entre essas cabe destacar algumas apontadas por meio de entrevistas informais² realizadas por esta avaliadora:

- ✓ O número elevado de opções para a escolha.

² As entrevistas foram realizadas de modo informal com 10 professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

- ✓ Pouco tempo para olhar e analisar todas as obras com olhar mais apurado, de modo a poder compará-las e escolher o critério da equipe. Ocorre, ainda, que alguns livros nem são analisados pela equipe.

- ✓ Dificuldade para distribuir as obras entre os professores para que todos possam opinar na escolha do material.

- ✓ A escolha é feita antecipadamente, sem conhecer as turmas e, nem sempre, a decisão é a mais acertada;

- ✓ A escolha de uma única coleção de livros didáticos para todos os *campi*, não respeitando as individualidades e escolhas de cada *campus*.

- ✓ Ausência de um livro virtual ou real para análise, fazendo com que as editoras mais organizadas, ou com setor de marketing mais eficaz, saiam na frente.

- ✓ Cada livro tem um tipo de organização, alguns têm elementos que não tem no outro, portanto é difícil escolher um e descartar o outro. É preciso escolher um critério de escolha, o que nem sempre agrada a todos da equipe.

- ✓ O consenso como critério de escolha do livro didático nem sempre possibilita a melhor escolha. A tática do consenso seguiu como uma estratégia da falta de logística dos depósitos. Quando há falta de livros é necessário buscar na 'rede'.

Tais registros denotam uma preocupação com a avaliação desses livros, no sentido de que realmente contemplem os aspectos filosófico-educacionais, teóricos e metodológicos que constituem as bases do Projeto Pedagógico do CPIL.

Assim, considerando as dificuldades enfrentadas na seleção dos livros didáticos, no âmbito do CPIL, entendeu-se que seria oportuna a realização de um estudo avaliativo capaz de oferecer subsídios a essa prática. Neste sentido, escolheu-se o campus Humaitá I como contexto de estudo.

Fundado em 2 de dezembro de 1837, o Colégio é uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil. Situado na cidade do Rio de Janeiro, oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular e Integrado e Programa Nacional de Integração Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Atualmente, sua estrutura se configura da seguinte forma: 14 campi, nas seguintes localidades: Centro, Engenho Novo I e II, Humaitá I e II, São Cristóvão I, II e III, Tijuca I e II, Niterói, Duque de Caxias e Realengo I e II, sendo este último o único *campus* que possui Educação Infantil.

Desde 1967, constitui-se em uma autarquia federal e, portanto, possui autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar. A primeira unidade de atendimento ao o 1º segmento do Ensino Fundamental, foi inaugurada em 1984, em São Cristóvão. Hoje, o Colégio conta com mais quatro unidades escolares que também atendem ao 1º segmento (COLÉGIO PEDRO II, 2000).

Recentemente com a Lei 12.677/2012 (BRASIL, 2012), o Colégio Pedro II foi equiparado aos Institutos Federais, o que deu maior visibilidade ao colégio no âmbito da educação básica. Conforme informação no site desta instituição de ensino,

Com a publicação da Lei 12.677 de 25 de junho de 2012, o Colégio Pedro II foi equiparado aos Institutos Federais, que são regidos pela Lei 11.892 de 28 de dezembro de 2008. Essa mudança possibilitou a alteração da sua estrutura organizacional e, com isso, as unidades escolares passaram de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campi da instituição. (COLÉGIO PEDRO II, 2012).

O *campus* Humaitá I, fundado em 1985, está situado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Atualmente atende crianças de cinco a 11 anos, distribuídas nos anos referentes ao 1º segmento do Ensino Fundamental, que provêm de diferentes bairros e municípios vizinhos. Os alunos são distribuídos em 20 turmas: 10 no turno da manhã e 10 no turno da tarde. O corpo docente é formado por professores concursados efetivos e também por professores contratados, que participaram de processo seletivo para professor substituto (LINO, 2015).

A constatação de que no CP II não existe qualquer instrumento de avaliação voltado para a seleção de livros didáticos, o que, muitas vezes, remete as análises para o campo da subjetividade, apontou a relevância de uma padronização de critérios. Pelas opiniões dos professores do Colégio e pela inexistência de um instrumento específico de avaliação, entende-se que o estudo é de grande relevância, uma vez que permite a unificação de critérios para todas as áreas, podendo ser, também, utilizado em outros *campi* do CP II. Esta proposta ainda se justifica por emergir do conhecimento da equipe pedagógica, com base em critérios que atendam às demandas educacionais do campus.

Assim, o estudo teve por objetivo: construir e validar um instrumento com vistas à sua utilização por docentes do Colégio Pedro II – anos iniciais do Ensino

Fundamental, em suas análises de livros didáticos oriundos das indicações emanadas do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). A partir deste objetivo, formulou-se a seguinte questão avaliativa:

✓ Em que medida o instrumento atende às necessidades do corpo docente do CP II em relação à avaliação e escolha dos livros didáticos do PNLD?

2 DIMENSÕES PEDAGÓGICAS DO COLÉGIO PEDRO II

A trajetória dos Anos Iniciais no Colégio Pedro II tem início no ano de 1984 e, desde então, tem como objetivo oferecer uma educação pública de qualidade aos alunos que nela ingressavam, a partir de seis anos de idade. A formação acadêmica desses alunos passa pela formação de cidadãos críticos. Ao longo dos anos, o corpo docente tem se mostrado incansável no que diz respeito à busca de conhecimentos e concepções pedagógicas que fundamentem suas ações.

O colégio tem como eixos norteadores de suas ações, princípios filosóficos e metodológicos que respeitam as características referentes à faixa etária dos Anos Iniciais do 1º Segmento do Ensino Fundamental. Este conjunto de princípios e diretrizes que orientam as ações pedagógicas da escola, encontram-se no seu Projeto Político-Pedagógico.

Etimologicamente, o termo projeto vem do latim *projectu* e significa lançar-se adiante. Quando se fala em elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola, significa planejar as ações que se pretende realizar neste espaço. É projetar um futuro diferente, com base no que se configura no presente.

Para Gadotti (1994, p. 579)

todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

O PPP, portanto, não é algo que se planeja e arquiva, ou seja, não é uma tarefa burocrática a ser cumprida e encaminhada às autoridades educacionais. Este documento, após a sua elaboração, deve ser apresentado à comunidade escolar e vivenciado por todos os membros envolvidos no processo educacional.

O projeto é político no sentido de estar articulado com o compromisso sociopolítico da população e seus interesses, formando o indivíduo para a sociedade. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica.” (SAVIANI, 1983, p. 93). É pedagógico porque por meio dele são definidas as ações pedagógicas que

possibilitarão a escola cumprir seus objetivos e propósitos. Segundo Gadotti (2001), um projeto não é construído sem um rumo, ou seja, sem orientação política. Ele não termina, está sempre em processo de reformulação visando um objetivo da escola.

Para Veiga (2004), o projeto político-pedagógico está relacionado com a organização do trabalho pedagógico, seja na dimensão da organização da escola, ou na organização da sala de aula, respeitando sempre o contexto social em sua totalidade.

Já Vasconcelos (1995, p. 143) define o projeto pedagógico institucional, como

um instrumento teórico metodológico que visa a ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola.

Como instituição reconhecida no cenário da educação nacional, o Colégio Pedro II, tem se preocupado com a construção de um projeto político pedagógico baseado em diretrizes e estratégias capazes de orientar suas ações pedagógicas e de atender ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

2.1 A CONSTRUÇÃO DO PPP DO COLÉGIO PEDRO II – UM BREVE HISTÓRICO

O Colégio Pedro II, escola pública, democrática e de qualidade, tem por objetivo contribuir para a criação de soluções concretas da comunidade e, assim, adequar-se, cada vez mais, à realidade do aluno, do professor e da sociedade. Além disso, segundo o Projeto Político Pedagógico (2000), o Colégio pretende valorizar o trabalho coletivo, possibilitando os espaços para as ações em equipe e favorecendo um ambiente participativo onde professores, alunos e todos os envolvidos na educação, discutam e aprendam em conjunto. A escola deve ser o espaço de relações, privilegiando a liberdade de expressão e a pluralidade de pensamento, de modo a favorecer a conquista da autonomia aos seus alunos.

Na década de 70, os responsáveis pela elaboração dos currículos eram os catedráticos ou os Chefes de Departamento que repassavam as diretrizes aos professores e coordenadores pedagógicos. Segundo Santos (2014), em 1979 foi realizado o primeiro encontro de professores do Colégio Pedro II, organizado pelo então Secretário de Ensino, professor Wilson Choeri, que teve como principal

objetivo traçar e organizar o planejamento do ensino. Era a primeira vez na história da instituição que os professores participavam da elaboração do currículo das disciplinas do Colégio Pedro II.

Quando a Lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação foi promulgada, percebeu-se que a trajetória curricular do Colégio Pedro II estava bastante atualizada. As inovações trazidas pela mencionada lei, já eram utilizadas no processo de ensino – aprendizagem pela equipe docente. Este fato confirmou que os professores desta instituição federal se mantinham qualificados e preocupados com um projeto curricular inovador (COLÉGIO PEDRO II, 2000).

Com este resultado positivo e após os objetivos deste primeiro encontro terem sido alcançados, os professores novamente se reuniram e realizaram o 2º Encontro Pedagógico, tendo como tema norteador o “Futuro Velho” Colégio Pedro II, descrito da seguinte forma:

Futuro no aspecto de manter simultaneamente a visão perspectiva e prospectiva dos fatos e do direcionamento histórico em seus desdobramentos humanos, sociais, políticos, econômicos, culturais e técnicos-científicos. Futuro no entendimento e na projeção da realidade educacional atual e na visão, em verdadeira grandeza, do que virá amanhã. Velho na medida que ouve e sedimenta as lições do passado e as transforma em arquétipos a servirem de modelo para o futuro que já está se tornando presente. (COLÉGIO PEDRO II, 2000, p. 13).

Após esses dois encontros pedagógicos, a equipe do Colégio Pedro II apresentou, no ano 2000, o documento chamado Projeto Político Pedagógico (PPP), baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que, por sua vez, são oriundos da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e do Conselho Nacional de Educação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998b, p. 69), no que tange ao Ensino Fundamental, têm como objetivos levar os alunos a:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;

- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- utilizar as diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

Os PCN (BRASIL, 1997, p. 50), propõem:

uma mudança de enfoque em relação aos conteúdos curriculares: ao invés de um ensino em que o conteúdo seja visto como fim em si mesmo, o que se propõe é um ensino em que o conteúdo seja visto como meio para que os alunos desenvolvam as capacidades que lhes permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos.

De acordo com a Resolução nº 2 de 7 de abril de 1998, do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, os componentes curriculares adotados na Classe de Alfabetização até o 4º ano do Primeiro Segmento do Ensino Fundamental do Colégio Pedro II são: Língua Portuguesa, Literatura, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, Educação Artística, Educação Física e Educação Musical (BRASIL, 1998c).

Quadro 1 – Matriz da Proposta Curricular dos Anos Iniciais no PPP-CPII

Competências Disciplinares							
LP	LIT	EA	EM	EF	MAT	CI	ES

Fonte: COLÉGIO PEDRO II (2000).

Cada componente curricular apresenta especificidades, levando em consideração diferentes perspectivas do conhecimento humano. Por este motivo, as competências, habilidades e conteúdos foram detalhadamente traçados de acordo com a diversidade. Assim, O PPP dos Anos Iniciais (COLÉGIO PEDRO II, 2000) visa o desenvolvimento de algumas competências gerais, como por exemplo:

- compreender sentidos nas mensagens orais e escritas com as quais entra em contato;
- ler autonomamente textos dos diferentes gêneros relacionando as informações textuais com o conhecimento de mundo;
- utilizar a linguagem oral e escrita, planejando previamente o discurso, demonstrando o domínio de registros formais e a coerência na defesa de pontos de vista e na argumentação;
- estabelecer relações de ordem, semelhanças e diferenças para compreender e analisar a realidade;
- valorizar a linguagem matemática como uma das formas de comunicar suas ideias;
- utilizar tecnologias contemporâneas;
- ampliar seus conhecimentos científicos e tecnológicos, percebendo a relação desses conhecimentos com os saberes cotidianos;
- analisar, de forma crítica, o potencial de transformação do conhecimento tecnológico, reconhecendo sua importância tanto para suprir necessidades humanas como para servir à preservação, conservação e reabilitação do ambiente;
- relacionar noções de diferença e semelhança, de continuidade e de permanência, no tempo e no espaço, para a constituição de uma identidade individual, coletiva e social;
- compreender as diversas formas de relações sociais, observando que as histórias individuais se integram e fazem parte do que se denomina História Nacional e de outros lugares.

Em 2008, este PPP passou por uma revisão, da qual foi gerada a versão preliminar do seu novo Projeto, tal documento, no entanto, não foi publicado e o que continua em vigência é o produzido no ano de 2000, sendo este, a fonte teórica do presente estudo avaliativo.

Cabe, no entanto, lembrar que está em andamento uma proposta de Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI), o que tem levado os docentes a se

encontrarem para discutir, coletivamente, as estratégias e diretrizes que nortearão as ações pedagógicas do Colégio.

Este documento apresenta os elementos que fundamentam sua elaboração bem como o plano de ação para sua construção que deverá ser implementado junto à comunidade escolar.

O objetivo da construção deste documento é que, por meio das ações pedagógicas nele fundamentadas, o colégio possa ser inserido no cenário atual onde se debate inclusão social e diversidade e que se reduza a distância entre alunos oriundos de processos de seleção e aqueles que entraram na escola por meio de sorteios de vagas. É também proposto no referido documento, o direito de todos os alunos à construção de saberes e competências, fazendo com que o processo de avaliação trate, diferenciadamente, todas as etapas da educação básica oferecida pelo Colégio Pedro II.

Ao mesmo tempo que o PPPI deve conter características que valorizem a tradição e a história do colégio ele deve, também, ser um documento progressista que esteja adequado ao contexto educacional atual e aos desafios presentes no século XXI.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados: a questão avaliativa e a abordagem avaliativa; o quadro de critérios que norteou a coleta de dados; os procedimentos usados na coleta, aí incluindo-se os participantes do estudo, o instrumento elaborado para coletar os dados e a sua validação, por fim, como se deu a análise de dados coletados.

3.1 QUESTÃO E ABORDAGEM AVALIATIVA

Como mencionado anteriormente, o objetivo deste estudo foi construir e validar um instrumento de avaliação que pudesse servir de orientação para os professores do CPII, 1º segmento do Ensino Fundamental, na escolha dos livros didáticos. Deste objetivo derivou-se a questão norteadora do estudo:

✓ Em que medida o instrumento construído atende às necessidades do corpo docente para a avaliação e escolha dos livros didáticos do PNLD?

Depreende-se desta indagação que os maiores interessados no instrumento são os professores do Colégio, porque podem se beneficiar da existência de um documento capaz de fornecer auxílio em uma tarefa tão complexa, que envolve operações mentais sofisticadas como análise, síntese e avaliação.

Assim, considerando que esses docentes já concretizam esta tarefa, ainda que de forma mais superficial, e tendo em mente que estão todos os dias trabalhando, nas salas de aula, com os livros didáticos, admitiu-se que seriam os respondentes mais adequados para o objetivo proposto.

Nesta perspectiva, definiu-se, em conformidade com a teoria da avaliação, que a abordagem mais pertinente à proposta seria a baseada em especialistas, no caso os docentes do 1º segmento do Ensino Fundamental, pela experiência que trazem consigo. Segundo Chianca, Marino e Schiesari (2001), na avaliação baseada em especialistas, espera-se que estes ofereçam uma ajuda aos interessados, de modo que encontrem o seu próprio caminho, seja em termos de aprendizagem ou de desenvolvimento do nível de consciência. Para Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 179), este tipo de abordagem

depende basicamente dos conhecimentos específicos de um profissional para julgar uma instituição, um programa, um produto ou uma atividade”. Em outras palavras, baseia-se nos conhecimentos técnico-profissionais de especialistas, convidados a julgar a qualidade de um determinado objeto.

3.2 QUADRO DE CRITÉRIOS

Qualquer avaliação, para ser transparente e objetiva, precisa apoiar-se em critérios previamente estabelecidos, os quais dão o norte ao seu processo. Considerando este princípio, buscou-se estabelecer um Quadro de Critérios no qual fossem indicadas as categorias de avaliação e os seus respectivos indicadores. As categorias de avaliação, ou categorias avaliativas, se referem aos aspectos macro que se busca avaliar; no presente caso, foram três: aspectos filosófico-educacionais definidos pelos docentes do Colégio Pedro II; aspectos didático-metodológicos; e aspectos materiais. Os indicadores constituem os desdobramentos desses aspectos, que devem estar presentes no objeto em análise/avaliação.

O quadro inicial foi submetido à avaliação de um grupo de cinco professores, que sugeriram mudanças em sua estrutura, fundamentadas em aspectos encontrados no PPP do colégio. Assim, na construção do quadro definitivo tomou-se como referência o citado documento (COLÉGIO PEDRO II, 2000), além de artigos que têm como foco o livro didático, entre eles, destacam-se: Vilarinho e Silva (2015), Silva (2012), Silva (2007), Freitag, Costa e Motta (1997) e Choppin (2004).

Quadro 2 – Categorias de avaliação e seus indicadores

Categoria	Indicadores
Aspectos Filosófico-educacionais definidos pelos docentes do Colégio Pedro II	uso de situações contextualizadas
	perspectiva interdisciplinar
	vivência cidadã e participação na construção de uma sociedade justa e democrática
	postura investigativa estimulando o levantamento de hipóteses.
	respeito a si mesmo e aos outros
	desenvolvimento da autonomia.
	estímulo ao levantamento de hipóteses
Aspectos Didático-Metodológicos	ausência de situações de preconceito (raça, gênero, religiosa e etc)
	organização das sequências didáticas de forma flexível
	utilidade das estratégias de ensino
	planejamento das aulas
	conexão entre objetivos e conteúdos

(Continua)

(Conclusão)

Categoria	Indicadores
Aspectos Didático-Metodológicos	respostas no livro do professor
	ampliação dos recursos cognitivos
	mobilização de conhecimentos prévios do aluno
	construção de conceitos
Aspectos Didático-Metodológicos	clareza dos conteúdos
	quantidade de atividades/exercícios por capítulo
	participação do aluno em sala de aula
	atividades desafiadoras
Aspectos Materiais	diversidade e qualidade dos textos literários
	associação entre texto e imagem
	relação entre imagem e conceito
	adequação da linguagem
Aspectos Materiais	formatação gráfica
	clareza dos enunciados

Fonte: A autora (2016).

Da análise da literatura pedagógica voltada para a problemática do livro didático, depreendeu-se que essas três categorias são as que necessariamente devem ser consideradas na avaliação pedagógica desse recurso.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Três procedimentos marcaram a coleta de dados. O primeiro consistiu na definição dos especialistas, que teriam como tarefa analisar/validar o questionário elaborado para avaliar o instrumento proposto para auxiliar na escolha dos livros didáticos destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental. O segundo referiu-se à construção do instrumento e o terceiro à sua validação.

3.3.1 Respondentes do estudo

Uma vez definidos o que se pretendia alcançar (objetivo/questões avaliativas) e a abordagem de avaliação a ser utilizada (baseada em especialistas – docentes do CPII dos anos iniciais do Ensino Fundamental), partiu-se para a escolha dos especialistas no contexto do universo de desses docentes. Sendo, no entanto, este universo composto de 263 docentes, distribuídos por cinco *campi*, desde logo percebeu-se que seria inviável atingir, mesmo que fosse por meio de processo de amostragem, todos esses espaços, tendo em vista especialmente a necessidade da

avaliadora realizar grandes deslocamentos tanto no município do Rio de Janeiro, como fora dele e os prazos definidos para a defesa desta dissertação.

Considerando, que a autora é professora do *campus* Humaitá I desde o ano de 2013, o que lhe permite conhecer e ter acesso a todos os docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, optou-se por situar esses atores como respondentes da avaliação. Esta decisão permite que se perceba a avaliação junto a esses atores como exploratória, esperando-se que possa ser estendida a outros *campi* com vistas a confirmar (ou rejeitar) os resultados encontrados.

Assim, foram convidados, como especialistas, o total de 48 docentes (nele não incluídos os que se encontravam de licença), para colaborarem na avaliação do instrumento.

3.3.2 Instrumento de coleta de dados

Com base no Quadro de Critérios foi possível construir um instrumento, doravante chamado de Ficha de Avaliação, orientado para a intenção de ajudar os docentes em sua tarefa de análise do livro didático.

No Apêndice A é apresentado o embrião da Ficha de Avaliação (formato inicial), antes da sua avaliação pelos especialistas. Na categoria avaliativa 'aspectos filosófico-educacionais definidos pelos docentes do CPII', foram incluídas sete indagações; na segunda categoria – 'aspectos didático-metodológicos', foram inseridas 12 perguntas; e na terceira, 'aspectos materiais', foram incorporadas seis questões. Assim, a Ficha contabilizou 25 perguntas, todas solicitando inicialmente uma resposta previamente definida, escolhida no limite de três opções: sim; não; parcialmente. Para as perguntas cujas respostas recaíram sobre as opções **não** e **parcialmente**, foi solicitada a justificativa da escolha.

Como esta Ficha deveria passar por um processo de validação, foi necessário encaminhá-la a um grupo de especialistas que pudessem realizar tal tarefa. Este encaminhamento demandou a elaboração de um instrumento, um questionário, composto de perguntas abertas e fechadas.

A escolha deste questionário se deu em função dos seguintes motivos:

Além de ampla utilização em pesquisa social e a seguir, em outras áreas de investigação como também na avaliação, os questionários possuem características de elaboração e de aplicação que

representam vantagens para o uso do instrumento. As perguntas tecnicamente elaboradas, favorecem a obtenção de respostas mais precisas. Os respondentes encontram maior liberdade e segurança na apresentação de suas respostas por que, em geral, são informados que têm o anonimato preservado [...]. Economizam tempo do pesquisador ou do avaliador em relação ao período de coleta e também o tempo dos respondentes quanto à duração da aplicação. Se forem auto-administrados, dispensam treinamento de aplicadores, o que representa certa economia para o estudo. (SELLTI; WRIGHTSMANZ; COOK, 1987 apud ELLIOT; HILDENBRAND; BERENGER, 2012, p. 26).

3.3.3 Validação do questionário

Antes de encaminhar o questionário aos docentes do CPIL, foi realizada a sua validação por meio de dois processos: o primeiro, informal, simples e de natureza subjetiva, realizado pela orientadora deste estudo e que buscou determinar se o instrumento, aparentemente, seria válido ('validade aparente'). O segundo, conduzido por especialistas em educação / avaliação, focalizou a validade do conteúdo do instrumento no sentido de medir realmente aquilo a que se propõe medir (MARTINS, 2006). Neste sentido, solicitou-se aos especialistas responderem à pergunta: o instrumento abarca o conteúdo pretendido?

Ao todo foram três especialistas, todas doutoras em educação, sendo que uma delas especialista em avaliação. Como lhes foi solicitada a validação de conteúdo, as especialistas, além do questionário (Apêndice B) e da Ficha de Avaliação, receberam recortes do projeto de estudo referentes aos seguintes elementos: objetivo; questões de estudo; e quadro de critérios.

Desta validação surgiram os seguintes comentários relacionados aos aspectos positivos e negativos:

Aspectos positivos: "relevância dos objetivos para a elaboração do instrumento e pertinência do mesmo. Em relação aos aspectos negativos, não se trata de um aspecto negativo, mas de uma ressalva, é necessário que haja tempo e organização dos docentes para que o instrumento seja respondido e não perca a sua importância." (E1).

Aspectos positivos: "abrange aspectos sociais, culturais, didáticos e físicos." (E2).

Aspectos positivos; “fácil de ser respondido e adequado ao quadro de critérios.” (E3).

Os aspectos negativos não foram mencionados pelas especialistas no entanto, fizeram algumas sugestões de mudança em alguns indicadores e, serão apresentadas a seguir.

Na categoria Aspectos Filosóficos Educacionais Definidos pelos Docentes do Colégio Pedro II, foram feitas as seguintes sugestões: no indicador Vivência Cidadã e Participação na Construção de uma Sociedade Justa e Democrática, a frase explicativa deve ser O livro propõe atividades que promovem a cidadania. O indicador Desenvolvimento da Autonomia deve ser dividido em dois itens: O livro propõe atividades que possibilitam que o aluno construa conceitos e opiniões e O livro propõe atividades que possibilitam o aluno a estudar e aprender sozinho.

Em relação a categoria Aspectos Didático-Metodológicos foram feitas as observações a seguir. No indicador Utilidade das Estratégias de Ensino, deve ser explicado com a frase O livro propõe estratégias de ensino relevantes ao processo de construção do conhecimento. No indicador Construção de Conceitos, a frase explicativa deve ser O livro promove a construção de conceitos adequados ao nível de desenvolvimento do aluno. No indicador Quantidade de Atividades/Exercícios por Capítulo, foi sugerido que a frase seja O livro possui quantidade de atividades (exercícios por capítulo), adequada aos objetivos da disciplina. No indicador Participação do Aluno em Sala de Aula a sugestão foi alterar a frase para O livro propõe atividades que promovam a participação do aluno durante as aulas. Para o indicador Atividades Desafiadoras, foi sugerido que se dividisse em dois itens: O livro é desafiador para o público a que se destina, considerando o seu nível cognitivo e O livro é desafiador para o público a que se destina, considerando o seu universo social. Da mesma forma, foi sugerido que o indicador Diversidade e Qualidade dos Textos também fosse dividido nos seguintes itens: O livro apresenta textos de boa qualidade e O livro apresenta textos de diferentes gêneros literários.

Por fim, na categoria Aspectos Materiais, foram sugeridas duas mudanças. No indicador Clareza dos Enunciados em que a frase que explica deve ser: Os enunciados estão redigidos de maneira clara. No indicador Formatação Gráfica foi sugerida a divisão do item em O livro possui apresentação visual clara e O livro possui apresentação visual estimulante.

A partir dessas considerações, o instrumento foi reelaborado, ficando com o seu formato definitivo para aplicação com os docentes, conforme Apêndice C.

4 RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados do estudo, dividido em 8 partes. A primeira, caracterização dos respondentes, teve como objetivo indicar a titulação e tempo de magistério de cada respondente envolvido na avaliação do instrumento proposto. Nas demais partes, são apresentados os resultados da: Avaliação das categorias; Avaliação dos indicadores da categoria aspectos filosóficos-educacionais; Avaliação dos indicadores da categoria aspectos didático-metodológicos; Avaliação dos indicadores da categoria aspectos materiais; Avaliação do instrumento como apoio aos docentes na escolha do livro didático; e Análise dos aspectos positivos e negativos do instrumento. Por fim, o instrumento foi avaliado em relação à sua adequação ao objetivo para qual foi criado, a partir dos seguintes padrões: péssimo, fraco, regular, bom e excelente.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

Participaram do estudo 29 docentes, todos atuando no 1º segmento do Ensino Fundamental, em diferentes séries. Os dados referentes aos respondentes estão representados nas tabelas a seguir e foram classificados da seguinte forma: titulação, categoria docente e tempo de magistério no Colégio Pedro II.

Tabela 1 – Titulação e categoria dos respondentes

Titulação	Efetivo	Contratado	Total
Graduação	3	5	8
Pós – graduação <i>lato sensu</i>	4	3	7
Mestrado	12	1	13
Doutorado	2	-	2
Total	22	7	29

Fonte: A autora (2016).

A Tabela 1 indica que a maior parte dos docentes efetivos (12) possui título de mestre e dois o título de doutorado. Em relação aos professores contratados apenas um possui mestrado e nenhum possui doutorado, sendo a maior parte (quatro) graduados e três com especialização. Vale lembrar que, duas docentes efetivas, que possuem pós-graduação *lato sensu*, estão cursando mestrado, uma docente com mestrado é doutoranda na área de educação, duas docentes contratadas estão cursando mestrado e um docente contratado, já possui título de

mestre. Estes dados confirmam a exigência do Colégio Pedro II em relação a titulação de seus docentes, configurando um quadro de professores altamente qualificado, tanto no conjunto dos efetivos como de contratados.

Tabela 2 – Tempo de magistério no Colégio Pedro II

Faixa de anos	Total de docentes
0 a 5 anos	19
6 a 10 anos	5
10 a 15 anos	2
20 anos ou mais	3
Total	29

Fonte: A autora (2016).

A Tabela 2 apresenta o tempo de magistério dos docentes no Colégio Pedro II. A maioria (18) atua como docente há 5 anos ou menos. Estes dados indicam que, devido ao grande número de aposentadorias e licenças concedidas nos últimos 5 anos, o Colégio tem realizado concursos de docentes, efetivos ou temporários, para o preenchimento dessas vagas. Esses dados caracterizam um corpo docente novo, porém qualificado, conforme dados da Tabela 1.

4.2 AVALIAÇÃO DAS CATEGORIAS

Esta parte do estudo avaliativo teve como objetivo avaliar as 3 categorias definidas no instrumento para nortear a escolha dos livros didáticos: Aspectos Filosóficos-Educacionais, Aspectos Didático Metodológicos e Aspectos Materiais. Todas as categorias foram avaliadas e deveriam atender aos seguintes padrões: Sim; Parcialmente e Não, conforme quadro a seguir. Levando-se em consideração que alguns docentes fizeram comentários referentes aos indicadores de cada uma das categorias, optou-se por apresentá-los posteriormente, quando são apresentados os resultados das avaliações desses indicadores.

Quadro 3 – Avaliação das categorias

Categorias	Sim	Parcialmente	Não
a) Aspectos filosóficos-educacionais	23	6	-
b) Aspectos didáticos-metodológicos	21	8	-
c) Aspectos Materiais	25	4	1

Fonte: A autora (2016).

A primeira categoria, Aspectos Filosóficos Educacionais, foi elaborada a partir do Projeto Político Pedagógico do Colégio Pedro II, publicado no ano de 2000 e construído pela equipe de docentes da referida instituição.

A segunda, Aspectos Didático-metodológicos é composta por indicadores retirados de um instrumento já validado (SILVA, 2015), considerado, pela autora, relevantes e fundamentais para um livro didático. Segundo o Programa Nacional do Livro Didático PNLD, 2008 (BRASIL, 2007) deve-se garantir ao livro uma organização clara, coerente e funcional. As imagens não devem estar presentes no livro sem que tenham uma função e sem que estejam contextualizadas e adequadas ao público a que se destina. O mesmo deve acontecer com a formatação gráfica, tipologias, tamanhos de colunas e alinhamento gráfico. Foi a partir destes conceitos que optou-se por incluir a terceira categoria, Aspectos Materiais, ao instrumento validado neste estudo.

De acordo com as informações do Quadro 3, as três categorias foram muito bem avaliadas e consideradas importantes na composição do instrumento apresentado neste estudo.

4.3 AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA ASPECTOS FILOSÓFICOS-EDUCACIONAIS

A categoria Avaliação dos indicadores da categoria Aspectos Filosóficos-Educacionais, foi avaliada por meio de oito indicadores, a saber: Uso de Situações Contextualizadas, Perspectiva Interdisciplinar, Vivência Cidadã na Construção de uma sociedade mais justa, Estímulo ao levantamento de Hipóteses, Respeito a si mesmo, Respeito aos Outros, Ausência de Preconceito e Desenvolvimento da Autonomia. A Tabela 3 apresenta os dados quantitativos desta avaliação. Todos os indicadores, assim como as categorias, foram avaliados de acordo com a pontuação de cada padrão.

Tabela 3 – Avaliação dos indicadores da categoria aspectos filosóficos-educacionais

Indicadores	Padrões		
	Sim	Parcialmente	Não
Uso de Situações Contextualizadas	26	3	-
Perspectiva Interdisciplinar	26	3	-
Vivência Cidadã na Construção de uma sociedade mais justa	22	7	-
Estímulo ao levantamento de Hipóteses	26	3	-
Respeito a si mesmo	24	5	-
Respeito aos Outros	27	2	-
Ausência de Preconceito	25	3	1
Desenvolvimento da Autonomia	28	1	-

Fonte: A autora (2016).

Estes resultados sugerem que os indicadores desta categoria foram muito bem avaliados na visão dos docentes. Todos eles tiveram a maioria dos respondentes considerando que são adequados aos objetivos propostos pelo instrumento. Foram feitos alguns comentários e sugestões, apresentados a seguir.

“Houve a expressão “o próximo”, quesito que se repete na questão anterior.” (R2).

“No indicador “respeito a si mesmo”, retiraria o termo “ao próximo.” (R3).

“Os livros didáticos são utilizados em todo o Brasil, por isso muito gerais, o que dificulta relacionar as situações apresentadas aos universos dos alunos. Acaba cabendo ao docente fazer esta relação durante as aulas. Poucos livros articulam os conceitos de diferentes campos de conhecimento. Eu tenho que usar 5 livros: história, geografia, ciências, língua portuguesa e matemática, ou seja, os conhecimentos nos livros didáticos são disciplinares.” (R4).

“Dúvida em relação ao 1º item do número 8, conceito de autonomia. Já o 2º item me soa estranho – não se trata de aprender sozinho, mas de conseguir realizar as propostas sem auxílio, acho ainda que no item 6, poderia constar algo relativo ao trabalho colaborativo e que ele se mescla com o item 7 (respeito x preconceito).” (R5).

“Item a – Concordo com o critério, mas acho que a explicação do item poderia ser mais detalhada.” (R8).

“Não é negativo, mas acho que o aspecto Vivência cidadã é mais difícil de mensurar.” (R9).

“A categoria Respeito aos outros tem seu conteúdo repetido na categoria Respeito a si mesmo. Ou se exclui respeito aos outros ou se reduz Respeito a si

mesmo a O livro estimula ações que geram respeito a si mesmo. O item g, penso que deveria se chamar “presença de diversidade”, pois o fato de o preconceito estar ausente não significa que a diversidade esteja contemplada no livro didático.” (R10).

“Acho que a categoria que trata sobre respeito a si mesmo e aos outros poderia ser unificada.” (R16).

“Acho que o instrumento apresenta os conceitos genericamente. Algumas questões conceituais são muito amplas e relativas e o instrumento não dá conta.” (R8).

“No item Ausência de preconceito, é importante inserir todas as manifestações de preconceito para que a avaliação seja mais precisa (inserir questões de diversidade sexual, classe social e capacitismo).” (R19).

“No indicador Perspectiva Interdisciplinar, eu tiraria a expressão “situações-problema” e deixaria apenas situações. No caso da interdisciplinariedade, nem sempre as propostas serão de situações-problemas. Em relação à promoção do respeito, juntaria os dois, as letras e e f (sugestão: proporciona estímulo ao respeito: a si mesmo ao outro, ao ambiente).” (R27).

“Ao invés de Ausência de Preconceito, eu colocaria Respeito as Diferenças como categoria de análise. Assim, trabalharíamos com a ideia de diversidade. Acho que ausência de preconceito não contempla o que queremos buscar em um livro, que trabalhe com as diferenças e respeito a diversidade, seja ela de raça, gênero, orientação ou deficiência. No Item C eu não concordo com o termo “sociedade justa”. O que é justo para um, pode não ser para o outro. Acho que para trabalhar com esse conceito, precisaríamos definir o que consideramos ser o justo. Tiraria isso e deixaria somente uma sociedade democrática que não deixa dúvidas.” (R29).

Considerou-se alguns comentários pertinentes, apesar de todos abordarem os indicadores e não a categoria propriamente dita. Em relação ao indicador ‘Respeito a si mesmo e ao próximo’, verificou-se que, de fato, o conteúdo estava repetido nos dois itens e por este motivo optou-se por unificar os itens, atendendo a sugestão de R10. Em relação à autonomia, mencionada por R5, considera-se como Freire que:

a autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade. (FREIRE, 1997, p. 121).

Sendo assim, optou-se por acrescentar mais um indicador no item 6, relacionado ao trabalho colaborativo como parte integrante da construção da autonomia.

Em relação ao indicador Ausência de Preconceito, foi sugerido acrescentar todas as situações de preconceito, porém, percebeu-se que era inviável adicionar todas as situações sugeridas, pois além de o instrumento ficar muito extenso, a intenção é que a equipe discuta entre si todas as possibilidades, sendo o instrumento apenas um disparador para essa discussão. Ainda em relação a este indicador, uma sugestão muito pertinente foi a de substituir o nome Ausência de Preconceito, por Respeito às Diferenças. Desta forma o instrumento estaria contemplando todas as possíveis situações de preconceito presentes no livro didático.

O que se propõe, portanto, é que o livro didático tenha elementos que respeitem às diferenças e esteja alinhado ao currículo da instituição, conforme afirma Ferreira:

o tratar de um currículo para a diversidade, então, argumento que este deve ser um currículo para os direitos humanos e, considerando-se que os currículos são constituídos por um conjunto de conhecimentos e práticas pedagógicas articulados a um tempo e espaço histórico específicos, cujas dinâmicas são reinterpretadas cotidianamente na escola, o currículo da educação básica deste nosso tempo e espaço deve reconhecer a diversidade, promover os direitos humanos e a inclusão de todos/as. (FERREIRA, 2013, p. 88-89).

Também foi sugerida uma modificação no indicador Perspectiva Interdisciplinar, no que diz respeito à expressão situações-problema. Segundo R27, nem sempre as questões de interdisciplinariedade serão situações-problema. Considerou-se, portanto, tal sugestão relevante e alterou-se no instrumento, para incluir apenas a palavra “situações”.

Baseando-se ainda no Projeto Político Pedagógico do Colégio Pedro II, entende-se que a escola está voltada para a formação de um ser humano crítico e auto - crítico, fundamentado na ética, na valorização da dignidade e dos direitos humanos, respeitando as diferenças individuais e sócio - culturais, visando o bem comum (COLÉGIO PEDRO II, 2000).

4.4 AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA ASPECTOS DIDÁTICOS – METODOLÓGICOS

Esta segunda categoria também obteve um resultado positivo na avaliação de seus indicadores, conforme demonstra a Tabela 4. Ela foi avaliada por meio de 12 indicadores: Organização das Sequências Didáticas, Utilidades das Estratégias de Ensino, Planejamento das Aulas, Conexão entre Objetivos e Conteúdos, Respostas no Livro do Professor, Mobilização de Conhecimentos Prévios dos Alunos, Construção de Conceitos, Ampliação de Recursos Cognitivos, Quantidade de Atividades/Exercícios por Capítulo, Quantidade de Atividades/Exercícios por Capítulo, Participação do Aluno em Sala de Aula, Atividades Desafiadoras e Diversidade e Qualidade dos Textos Literários.

Tabela 4– Avaliação dos indicadores da categoria aspectos didáticos-metodológicos

Indicadores	Padrões		
	Sim	Parcialmente	Não
Organização das Sequências Didáticas	26	3	-
Utilidades das Estratégias de Ensino	26	2	1
Planejamento das Aulas	23	3	3
Conexão entre Objetivos e Conteúdos	26	3	-
Respostas no Livro do Professor	27	2	-
Mobilização de Conhecimentos Prévios dos Alunos	28	1	-
Construção de Conceitos	26	0	3
Ampliação de Recursos Cognitivos	27	1	1
Quantidade de Atividades/Exercícios por Capítulo	20	8	1
Participação do Aluno em Sala de Aula	26	3	-
Atividades Desafiadoras	27	2	-
Diversidade e Qualidade dos Textos Literários	25	4	-

Fonte: A autora (2016).

Este resultado indica que a categoria aspectos didáticos metodológicos foi considerada relevante pelos docentes. Estes fizeram alguns comentários e sugestões que foram considerados pertinentes na validação do instrumento e estão a seguir, registrados.

“Organização das sequências didáticas e planejamento de aulas podem ter entendimento similar.” (R2).

“No indicador Diversidade e Qualidade dos Textos Literários, pararia o 1º item em boa qualidade, uma vez que o restante está repetido no 2º item.” (R3).

“Principalmente o livro de Matemática tem muitos exercícios, ainda mais considerando que realizamos outras atividades (como jogos, etc), fica corrido para trabalhar o livro com o tempo que temos.” (R4).

“Acho que os itens 2 e 8 tratam da mesma questão.” (R5).

“Item g. Acho muito difícil mensurarmos este item. Cada aluno está a todo tempo, construindo conceitos (não só na escola) de acordo com seu desenvolvimento próprio. O que importa é a linguagem do livro estar adequada ao perfil da faixa etária em questão. E isto já está contemplado na avaliação dos Aspectos Materiais.” (R6).

“Item g. Pois já está contemplado no item Adequação da Linguagem.” (R7).

“Acho que faltam categorias que nos façam refletir se o livro analisado atende plenamente às necessidades da instituição, ou seja, se o livro está de acordo com os conteúdos que trabalhamos na série. Sendo esse aspecto tão importante, deveria ser abordado em outros itens e não só em Conexão entre objetivos e conteúdos.” (R15).

“Item i. Acho difícil quantificar exercícios que atenderiam a determinadas demandas, pois é subjetivo. Acredito que poderia ficar mais voltado para a qualidade.” (R16).

“Poderia ser retirada a categoria Planejamento das aulas, não considero o livro didático uma referência para o mesmo.” (R17).

“Acredito, como dito anteriormente, que é muito difícil pensar em fechar em que conceitos se baseia o livro, visto que cada vez mais os conceitos sobre sociedade e outros são múltiplos.” (R18).

“No segundo e no terceiro item, acho que devem referir-se ao livro do professor”. “Itens b e c. Devem referir-se ao livro do professor. Item i, depende dos objetivos de exploração de cada conteúdo. Item l, os itens 1 e 2 repetem os gêneros literários.” (R19).

“Quanto a organização das sequências didáticas, não considero que exista uma única sequência lógica”. “Item i. Para avaliar o item i, creio que exige do professor uma certa experiência prática em sala de aula. Um professor inexperiente terá dificuldade em avaliar esse item.” (R20).

“Sugiro que o questionário aborde a existência de projetos pedagógicos exequíveis, qualitativos, cuja realização possibilite a mobilização dos conceitos trabalhados Proposta: Atividades teórico-práticas: O livro apresenta propostas de

atividades práticas em sala, ou projetos, relacionados com os conteúdos ensinados e que possibilitem a mobilização de tais conteúdos? O livro apresenta atividades práticas interdisciplinares ou projetos pedagógicos que articulem os conteúdos ensinados?” (R21).

“Os itens da categoria Diversidade e Qualidade dos Textos Literários são redundantes. Considero a segunda desnecessária.” (R26).

“No indicador Planejamento das Aulas, eu acrescentaria a observação traz um manual com material que possa enriquecer os conhecimentos do professor, sugerir novas explorações do conteúdo, outras sugestões de exercícios etc. No indicador Diversidade e Qualidade dos Textos Literários, acho que os dois itens referentes aos textos literários a ser fundidos em um só, estão repetitivos.” (R27).

“Senti falta de uma pergunta sobre sistematização, acho que essa palavra deve aparecer no instrumento, se o livro tem a intenção de sistematizar os conteúdos abordados. Em relação ao indicador Respostas no Livro do Professor, eu acho que em relação aos professores, mais do que as respostas, seria melhor perguntar se o livro disponibiliza uma fundamentação teórica acerca dos assuntos abordados, uma parte mais formativa, de formação docente. Ao final de cada pergunta, ao invés de justificativa, eu alteraria por comentários, porque nem sempre é uma justificativa, é apenas um comentário.” (R28).

“Acredito que atividades didáticas mais inclusivas (propostas de adaptações curriculares) deveriam ser também uma categoria de análise.” (R29).

Em relação a estes indicadores, observou-se que a maioria dos comentários se referia à prática e formação dos docentes a partir de reflexões sobre sua prática. Neste sentido, como afirma (MACEDO, 2005, p. 32) em relação a formação docente,

[...] refletir é ajoelhar-se diante de uma prática, escolher coisas que julgamos significativas e reorganizá-las em outro plano para, quem sabe, assim podermos confirmar, corrigir, compensar, substituir, melhorar, antecipar, enriquecer, atribuir sentido ao que foi realizado.

A maioria dos respondentes, sugeriu inclusão de indicadores que contemplassem a formação docente e o apoiasse no dia a dia, promovendo a reflexão de sua prática pedagógica. Diante desses comentários, verificou-se a importância de incluir mais um indicador referente à prática docente: O livro

apresenta propostas de atividades práticas em sala, ou projetos, relacionados aos conteúdos ensinados.

Foi também, sugerida a inclusão de um indicador que falasse de sistematização. Considerado pela autora como uma proposta relevante, foi acrescentado o indicador: O livro apresenta sistematização do conteúdo dado em sala de aula.

Também foram consideradas pertinentes duas observações de R27, onde sugere que seja retirada uma frase explicativa do indicador Qualidade e Diversidade dos Textos Literários, por estarem repetitivos e o acréscimo de um item no indicador Planejamento das Aulas: “O livro apresenta um manual que apresente outras sugestões de atividades ou novas explorações de conteúdo”.

Nos últimos anos, a discussão sobre inclusão da educação tem se intensificado no meio acadêmico e no âmbito da educação. Por este motivo, a sugestão de R29 em pensar num indicador que abarque propostas de adaptações curriculares, foi considerada pela autora muito importante para complementar o instrumento.

4.5 AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA ASPECTOS MATERIAIS

Por fim, a última categoria Aspectos Materiais foi avaliada de acordo com seis indicadores: Associação entre Texto e Imagem, Relação entre Imagem e Conceito, Clareza dos Enunciados, Adequação da Linguagem, Formatação Gráfica e Adequação do Título. Os resultados apresentados pela Tabela 8 mostram que os indicadores estão adequados ao instrumento e à categoria na qual estão inseridos.

Tabela 5 – Avaliação dos indicadores da categoria aspectos materiais

Indicadores	Padrões		
	Sim	Parcialmente	Não
Associação entre Texto e Imagem	27	2	-
Relação entre Imagem e Conceito	26	2	1
Clareza dos Enunciados	26	3	-
Adequação da Linguagem	26	3	-
Formatação Gráfica	28	1	-
Adequação do Título	23	4	2

Fonte: A autora (2016).

“Necessário reformular as questões do item 4, estão repetidas.” (R5).

“Adequação do título – poderia ser retirada, pois considero irrelevante. Formatação gráfica – apresenta dois itens muito semelhantes. Em vez dessa repetição poderia apresentar um novo item que avaliasse também a qualidade (física) do material (durabilidade etc).” (R15).

“Retiraria item 1 e 2 e faria apenas uma questão. Não manteria o segundo item da formatação gráfica.” (R16).

“Com relação à formatação gráfica, as duas questões apresentadas não estão repetidas?” (R20).

“No indicador Clareza dos Enunciados, acho necessário explicar muitos enunciados para as crianças, mas o (a) professor (a) está em sala para isso!” (R4).

“Creio que as letras “a” e “b” poderiam fundir-se. Senti falta de um item relacionado a imagens não estereotipadas”. Na letra e, há duplicidade nas questões.” (R5).

“Nos livros de História e Geografia, têm muitos textos que são fora da realidade dos alunos e também a linguagem muito difícil para eles interpretarem.” (R12).

“Pela quantidade de itens para análise, considero esse aspecto um dos menos importantes.” (R15).

“Não vejo relevância neste item.” (R19).

“Os itens da categoria Formatação Gráfica também estão redundantes.” (R26).

“Acho que poderia incluir a avaliação da quantidade de atividades por páginas e se há espaço suficiente para o aluno escrever suas respostas (no caso dos livros consumíveis). No caso dos livros não consumíveis, verificar se os enunciados são concisos para o caso do aluno precisar copiá-los.” (R27).

Pode-se observar nos comentários dos respondentes que houve um erro de digitação no momento da construção do instrumento, de modo que os indicadores do item Formatação Gráfica se repetem; por este motivo foi feita a alteração na versão final do instrumento. Outro comentário pertinente à esta avaliação foi a sugestão de se inserir um indicador que avalie a qualidade física do livro, como durabilidade e material utilizado para a confecção do mesmo. Percebendo a relevância desta sugestão, este indicador foi acrescentado, na categoria Aspectos Materiais.

4.6 AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO COMO APOIO NA ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO

Nesta parte do estudo foi indagado se o instrumento auxilia na escolha dos livros didáticos apresentados. Tabulados os dados, observou-se que 22 respondentes disseram Sim e sete assinalaram Parcialmente. Não houve indicação da opção Não. Esses dados se encontram na Tabela que se segue.

Tabela 6 – Avaliação do instrumento como apoio na escolha do livro didático

Sim	Parcialmente	Não
22	7	-

Fonte: A autora (2016).

Foram feitos alguns comentários que registram as posições positivas e parcialmente.

“Parcialmente, pois em alguns casos não há especificidade nas perguntas.” (R1).

“Sim, pois aborda todos aspectos imprescindíveis para a adequação de um livro didático ao PPI do colégio.” (R3).

“Parcialmente. Existem problemas nas publicações que só são perceptíveis com a experiência de uso efetivo no dia a dia.” (R15).

“Sim. Considero o instrumento um bom orientador no momento de avaliação para a escolha do livro didático.” (R17).

“Mudaria pequenas coisas, sinalizadas ao longo dessa ficha.” (R27).

Os resultados indicam que o instrumento pode auxiliar os docentes no momento da escolha do livro didático. Com 22 respostas Sim e sete Parcialmente, os respondentes consideram que o livro é adequado para a orientação da escolha do livro didático, sendo feitas apenas, algumas pequenas sugestões que foram citadas anteriormente.

4.7 ADEQUAÇÃO DO INSTRUMENTO AO OBJETIVO PARA O QUAL FOI PROPOSTO

Ao final do questionário foi feita uma indagação mais objetiva, relacionada à adequação do instrumento ao objetivo para o qual foi proposto, no intuito de avaliar se é válido para auxiliar os professores na escolha dos livros didáticos na instituição. A Tabela 7 informa esses dados numéricos.

Tabela 7 – Adequação do instrumento ao objetivo para o qual foi proposto

Padrões	Total
Excelente	17
Bom	10
Regular	1
Fraco	1
Péssimo	-
Total	29

Fonte: A autora (2016).

Esses dados indicam que os respondentes consideram o instrumento adequado ao objetivo para o qual foi proposto - auxiliar o docente na escolha do livro didático. Com um total de 29 respondentes, 17 consideraram excelente, 10 consideraram bom, e apenas 1 considerou regular e 1 fraco. Nenhum docente assinalou o padrão péssimo.

4.8 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Por fim, foi realizado um levantamento acerca dos aspectos positivos e negativos do instrumento, a fim de obter informações relevantes que possam vir a modificar ou melhorá-lo.

➤ Aspectos positivos

“Nos faz avaliar nosso trabalho docente frente a utilização dos livros didáticos.” (R1).

“Propõe reflexão sobre os diversos aspectos que influenciam na escolha do livro didático.” (R2).

“Clareza, facilidade de utilização dos padrões, o detalhamento das categorias.” (R3).

“Fazer com que o docente se depare com perguntas que o ajude a refletir sobre a escolha do livro didático.” (R4).

“Categorias e análise importantes.” (R5).

“Organiza e facilita os registros da avaliação que fizemos durante o processo de escolha.” (R6).

“O instrumento é importante e acho interessante para auxiliar o processo de escolha. Se este instrumento não se tornar exclusivo, acho que deve sim, ser implementado.” (R7).

“Clareza objetividade e diversidade de critérios técnicos e pedagógicos.” (R8).

“O instrumento organiza os principais aspectos que devem ser observados para a escolha do livro didático.” (R9).

“O instrumento é claro e objetivo.” (R10).

“Auxiliar os docentes na escolha dos livros, uma vez que são muitos pontos a serem observados e levados em conta no momento de selecionar um livro didático.” (R11).

“Ajudar os alunos nos conhecimentos, apoio para a professora realizar seus planejamentos.” (R12).

“Acho o instrumento bem completo e orienta o processo de avaliação do livro didático. Apenas um item, já mencionado, é mais difícil de ser verificado.” (R13).

“O material é mais contextualizado e abrangente, normalmente com temas que atraem as crianças.” (R14).

“É um instrumento importante de análise e procura atender às 3 categorias.” (R15).

“Clareza, questionamentos coerentes que ajudam a análise do professor.” (R16).

“Os critérios abrangem aspectos importantes a serem avaliados na escolha do livro didático.” (R17).

“Uma oportunidade mediada de os professores avaliarem o instrumento que têm em mãos e de que, de alguma forma, devem fazer uso visto ser de propriedade do aluno e comprado com dinheiro público.” (R18).

“Está muito voltado para um padrão de qualidade e não considera os critérios de escolha fundamentais em cada área de conhecimento. Esta padronização para todos os livros não é o suficiente para avaliar se o livro é de interesse da equipe ou não. Para tal, cada equipe que escolhe os livros (que seja a equipe de um ano ou toda a escola) deve reunir-se e debater PRESENCIALMENTE os aspectos negativos e positivos dos livros. Neste caso, o instrumento de avaliação pode AUXILIAR neste debate.” (R19).

“Já participei de avaliações de livros didáticos para a escolha dos livros didáticos da série em que trabalhava e não sabia que critérios utilizar. Esse instrumento teria sido muito útil.” (R20).

“O instrumento organiza e dispõe de categorias fundamentais para a análise e seleção de material didático.” (R21).

“Achei o instrumento bastante abrangente, abarca todos os aspectos importantes para a análise de um livro didático, não senti falta de nada.” (R22).

“O instrumento possibilita uma análise global e mais aprofundada dos livros.” (R23).

“O instrumento apresenta linguagem clara e bastante objetiva. Além disso, consegue elencar as categorias principais para o professor e a equipe pedagógica poderem avaliar com precisão os livros didáticos apresentados e, posteriormente, poderem escolher aquele que realmente será útil e eficaz á proposta do Colégio.” (R24).

“Guiar objetivamente a escolha.” (R25).

“O instrumento orienta o professor quanto a que aspectos avaliar em um livro didático. A sua organização por dimensões e indicadores favorece a avaliação.” (R26).

“Bem detalhado, faz o professor pensar sobre os diversos aspectos envolvidos na escolha do livro didático. Acho que ajudará bastante ao professor na difícil hora da escolha.” (R27).

Após a análise das respostas dos aspectos positivos, percebeu-se que essas poderiam ser agrupadas em 6 eixos: avaliação, orientação, clareza, organização, reflexão, análise e facilidade. Esses eixos, no entanto, estão interligados e permitiu a autora que fizesse uma análise mais abrangente de todos os aspectos mencionados nas respostas dos docentes. Pela presença desses aspectos recorrentes nas falas dos docentes, pode-se inferir que o instrumento tem condições de auxiliar o professor na sua tarefa de escolha do livro didático.

Por ser considerado um instrumento claro e objetivo, o instrumento pode facilitar o trabalho dos professores no momento da escolha do livro didático. Com critérios claros e bem definidos, ele pode auxiliar a equipe docente, permitindo a reflexão e uma análise mais profunda do livro a ser escolhido.

➤ Aspectos negativos

“Não ser tão específicos em algumas questões.” “Ter algumas questões objetivas.” (R1).

“Talvez a extensão, mas não considero totalmente negativo.” (R2).

“Nenhum ponto negativo a destacar. Talvez ao aplicá-lo, estes pontos possam surgir, mas na análise não se destacaram.” (R3).

“Traz uma perspectiva ainda disciplinar, mas não é uma crítica ao instrumento, pois ele está de acordo com a perspectiva vigente, tanto nos livros didáticos quanto nos descritores de avaliação, PPP e demais documentos do Colégio Pedro II.” (R4).

“Algumas categorias poderiam ser mais esmiuçadas.” (R5).

“A ideia da pontuação, a meu ver, não será fiel à avaliação que farei do livro. Sugiro fazer uma tabela com alguns itens mais relevantes de cada aspecto para que comparemos o mesmo item em todos os livros.” (R6).

“Entretanto tenho receio que esta escolha se torne mecânica. É importante preservar um certo espaço para a subjetividade da análise.” (R7).

“Não senti falta de nenhum aspecto.” (R9).

“Linguagem inadequada e textos fora da realidade dos alunos.” (R12).

“Não é instrumento que está em constante evolução.” (R14).

“O instrumento pode ser melhorado, principalmente para evitar o desperdício de recursos. Se utilizarmos 20% ou 25% de um livro em nosso trabalho, é fácil concluir que o instrumento de avaliação precisa de ajustes.” (R15).

“Instrumento longo com muitas justificativas.” (R16).

“É antagônico mas a existência de um instrumento acaba por restringir o docente aos critérios contidos nele. Esse é o aspecto negativo.” (R17).

“Não se pode fechar os conceitos em que se baseará a análise.” (R18).

“Pode levar o avaliador a se acomodar apenas nesses tópicos, deixando de observar algum outro que seja relevante ao contexto do local para o qual os livros estão sendo escolhidos.” (R20).

“Dada a especificidade pedagógica de cada ano escolar e, conseqüentemente, os conteúdos de ensino, os objetivos gerais e específicos bem como as estratégias didáticas a serem adotadas, sugiro a reflexão mais detida sobre a confecção de um questionário específico para cada ano escolar, com a análise dos objetivos pedagógicos e didáticos de cada ano. Seria interessante partir deste instrumento, aprofundado, para cada ano, os aspectos que aqui são abordados de forma mais genérica.” (R21).

“Negativos não, mas algumas observações.” (R22).

✓ Talvez fosse melhor fazer 2 perguntas diferentes: respeito ao próximo/respeito a si, da forma que está fica repetitivo”.

✓ Trocaria “ausência de preconceito” para “respeito à diversidade”.

✓ Mesma observação que o item 1, dividiria a pergunta em 2: boa qualidade /diferentes gêneros.

✓ Idem dos itens 3 e 1, apresentação clara/apresentação estimulante.

“Vários livros poderiam atender satisfatoriamente os itens analisados. Um aspecto teria mais relevância que os outros para a escolha do livro?” (R23).

“Não considero um ponto negativo, mas sim, uma dúvida: o professor e a equipe receberão vários livros para análise e, utilizando o instrumento, farão a análise dos mesmos. Sabemos que é muito difícil um livro atender a todas as categorias. Dessa forma, haverá ao final do instrumento, uma recomendação caso isso ocorra, sobre a relevância de categoria ou a recomendação será que a equipe analise e eleja qual será a relevante para o ‘desempate?’” (R24).

“Alguns itens são redundantes e um poderia ser mais específico.” (R26).

Os comentários dos aspectos negativos se referem a pontos já mencionados anteriormente, como sugestões de mudanças nos indicadores do instrumento. As propostas consideradas pertinentes pela autora, foram acatadas e modificadas, a fim de tornar o instrumento mais próximo das propostas filosóficas e metodológicas da equipe docente do Colégio Pedro II.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este estudo avaliativo teve como objetivo elaborar e validar um instrumento de avaliação que pudesse auxiliar os docentes na escolha dos livros didáticos oriundos do PNLD, distribuídos no Colégio Pedro II. Sabendo-se da importância do livro didático na prática docente, mostrou-se oportuna a validação e avaliação do instrumento pela equipe docente do *campus* Humaitá I, dando voz e promovendo a participação direta desses atores na sua construção.

O instrumento foi elaborado a partir de aspectos filosóficos – educacionais propostos no Projeto Político Pedagógico do Colégio Pedro II (COLÉGIO PEDRO II, 2000), publicado no ano de 2000. Este PPP foi elaborado com a participação de toda a equipe docente ativa neste período, em todos os *campi*. Além disso, foram considerados aspectos didático-metodológicos propostos no mesmo documento e aspectos materiais retirados de um instrumento de avaliação de livros didáticos, já validado (SILVA, 2015).

Cabe lembrar que foram distribuídos 40 questionários e houve o retorno de 29, número considerado pela autora expressivo para a avaliação do instrumento. A equipe respondente foi composta por docentes efetivos e contratados com boa experiência de magistério e, em sua maioria, com formação acadêmica e profissional elevada.

Neste capítulo, portanto, são apresentadas as conclusões e recomendações do estudo, elaboradas como respostas à questão avaliativa que o orientou: “Em que medida o instrumento construído atende às necessidades do corpo docente para a avaliação e escolha dos livros didáticos do PNLD?”

A análise qualitativa referente aos registros dos professores sobre a escolha das três categorias (Aspectos Filosófico - Educacionais, Didático-Metodológicos e Materiais) e relativa aos respectivos indicadores dessas categorias, permite concluir que houve uma avaliação positiva desses elementos, a qual foi corroborada pela grande maioria dos comentários revelados nos questionários. Observou-se que houve reflexão por parte dos docentes sobre o instrumento, fazendo com que sugerissem diversas modificações pertinentes, as quais foram acatadas pela autora e apresentadas no instrumento reformulado (Apêndice C).

Cabe salientar que na 6ª questão onde se avaliou a opinião dos respondentes, sobre as condições do instrumento para auxiliar os educadores na

escolha do livro didático, também ficou evidente a aceitação do mesmo pois encontrou-se 22 respostas em Sim e 7 em Parcialmente; não sendo detectada nenhum Não.

Os comentários relacionados aos aspectos positivos e negativos do instrumento, apresentados na 7ª questão, revelam que o mesmo apresenta muitos pontos positivos e que os pontos negativos foram apenas sugestões relevantes, não constituindo crítica.

Por fim, a 8ª questão do questionário, ao avaliar a adequação do instrumento ao objetivo para o qual foi proposto, considerando os padrões propostos: péssimo, fraco, regular, bom e excelente, também confirma a sua adequação, com 17 marcações no padrão Excelente; 10 no padrão Bom; e apenas 1 para cada padrão Regular e Fraco, o padrão Péssimo não recebeu nenhuma marcação.

A partir dos dados apresentados neste capítulo, retoma-se a questão avaliativa do estudo “Em que medida o instrumento construído atende às necessidades do corpo docente para a avaliação e escolha dos livros didáticos do PNLD?” e conclui-se que o instrumento atende às necessidades do corpo docente para a avaliação dos livros didáticos na medida em que sua avaliação foi positiva, precisando apenas de algumas modificações sugeridas e apresentadas a seguir.

Sugestões dos Docentes

Com o objetivo de aperfeiçoar o instrumento fundamentado na opinião dos docentes que irão utilizá-lo, sugere-se que sejam feitas as seguintes alterações no instrumento proposto:

a) Na categoria Aspectos Filosóficos-Educacionais

✓ Unificar os indicadores Respeito a Si Mesmo e aos outros;

✓ Alterar o nome do indicador Ausência de Preconceito para Respeito às Diferenças;

✓ No indicador Desenvolvimento da Autonomia, acrescentar o item O livro propõe atividades que proporcionam o trabalho colaborativo para a construção e desenvolvimento da autonomia;

✓ Retirada da palavra “problema” na frase explicativa do indicador Perspectiva Interdisciplinar: O livro apresenta situações que oferecem uma

perspectiva interdisciplinar, mobilizando conceitos de diferentes campos do conhecimento de forma articulada.

b) Na categoria Aspectos Didático-Metodológicos

✓ Incluir no indicador Respostas no Livro do professor a frase explicativa “O livro apresenta propostas de atividades práticas em sala, ou projetos, relacionados aos conteúdos ensinados”.

✓ Incluir o indicador Sistematização do Conteúdo com a frase explicativa “O livro apresenta sistematização do conteúdo dado em sala de aula”.

✓ Retirar uma das frases explicativas do Indicador Qualidade e Diversidade dos Textos Literários, deixando apenas uma.

✓ Acrescentar no Indicador Planejamento das Aulas, a frase explicativa: “O livro apresenta um manual que apresente outras sugestões de atividades ou novas explorações de conteúdo”

✓ Acrescentar o indicador Propostas Curriculares Adaptadas e a frase explicativa: “ O livro apresenta propostas de atividades adaptadas, que promovam acesso à informação aos alunos da Educação Especial.

c) Na categoria Aspectos Materiais

✓ Reformular o Indicador Formatação Gráfica, retirando uma frase explicativa redigida em duplicidade;

✓ Acrescentar o indicador Qualidade do Material Físico com a frase explicativa “O livro apresenta um material físico de qualidade que garanta a sua durabilidade.

Estas modificações apresentadas podem ser verificadas no instrumento alterado no Apêndice B.

Recomendações da Autora

Com o objetivo de melhorar e viabilizar o uso do instrumento pelos docentes do Colégio Pedro II, no momento da escolha dos livros didáticos a serem utilizados pela equipe docente, a autora faz as recomendações a seguir:

a) Disponibilizar o instrumento em uma plataforma *online* para evitar o uso de grande quantidade de papel, tendo em vista a extensão do instrumento e a quantidade de livros a serem analisados.

b) A escolha do livro didático com o uso do instrumento, deve ser feito em equipe a fim de proporcionar debates e fomentar discussões acerca do livro a ser escolhido.

c) A pontuação sugerida no instrumento para cada padrão é apenas uma sugestão, não sendo necessária a obrigatoriedade e de pontuação. Caberá à equipe decidir quais os indicadores são os mais adequados e relevantes no momento da decisão em optar por um livro ou outro.

Este estudo é finalizado entendendo-se que a construção coletiva da prática pedagógica é um aspecto fundamental para o momento da escolha do livro didático no Colégio Pedro II. O processo de avaliação e validação do instrumento proposto serviu como espaço de reflexão sobre os critérios que devem ser considerados como fundamentais em um livro didático, a partir da perspectiva dos docentes do Colégio Pedro II. Os comentários oriundos deste estudo avaliativo, críticas e sugestões, evidenciam o comprometimento deste corpo docente com uma educação de qualidade calcada no respeito às diferenças e na formação de indivíduos críticos e auto-críticos pautado em princípios éticos.

Sendo assim, conforme registrado no Projeto Político Pedagógico do Colégio Pedro II (2000),

consciente de seu papel, a escola tem uma contribuição decisiva a dar no processo de construção da cidadania, acreditando que a atuação solidária de pessoas autônomas pode levar à melhoria da sociedade. Consciente também de que não é a única instância para dar conta da problemática social, inclusive porque é parte desse contexto, a comunidade escolar deve estar alerta para a complexidade do mundo contemporâneo. (COLÉGIO PEDRO II, 2000, p. 78).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz; SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. Memória e Patrimônio da História da Educação Brasileira: O Colégio Pedro II. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 28., 2015. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. Em busca da qualidade: PNLD História: 1996-2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Livros Didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC; SEF, 1997. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: história*. Brasília, DF: MEC; SEF, 1998a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: temas transversais*. Brasília, DF: MEC; SEF, 1998b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- _____. Resolução CEB n. 2, de 7 de abril de 1998. Institui as diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 abr. 1998c. Seção 1, p. 31.
- _____. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2008: apresentação*. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/pnldapres07.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- _____. Ministério da Educação. *Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)*. 2012a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668&id=12391&option=com-content&view=article>>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- _____. Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2012.
- BRITTO, Tatiana Feitosa de. *O Livro Didático: o mercado editorial*. Brasília, DF: Centro de Estudos da Consultoria do Senado, 2011.

CHIANCA, Thomaz; MARINO, Eduardo; SCHIESARI, Laura. *Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil*. São Paulo: Global, 2001.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

COLÉGIO PEDRO II. *O Colégio Pedro II hoje*. 2012. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/proen_concursos/83-cpii/1635-o-col%C3%A9gio-pedro-ii-hoje.html>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. *Projeto político-pedagógico*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2000. (Documento interno).

DI GIORGI, Cristiano et al. Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD como política pública: o livro didático como capital cultural do aluno/família. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1027-1056, out./dez. 2014.

ELLIOT, Ligia Gomes; HILDENBRAND, Luci; BERENGER, Mercedes. Questionário. In: ELLIOT, Ligia (Org.). *Instrumentos de Avaliação e Pesquisa: caminhos para a construção e validação*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

FERREIRA, Windyz Brazão. Pedagogia das possibilidades: é possível um currículo a diversidade nas escolas brasileiras? *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 73-98, jun. 2013. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/viewFile/230/25>> Acesso em: 21 nov. 2016.

FREITAG, Bárbara; COSTA, Wanderly F. da; MOTTA, Valéria. *O livro didático em questão*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. [1.], 1994, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: MEC, 1994.

_____. Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para sua realização. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustaquio (Org.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EdUSP, 1985. (Coleção Coroa Vermelha, Estudos Brasileiros, v. 6).

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, ano 21, n. 70, p. 159-170, abr. 2000.

LINO, Flavia Alves Machado Lino. *Avaliação do desempenho de leitura e escrita dos alunos dos 2º e 3º anos do Ensino Fundamental I do Colégio Pedro II Campus Humaitá I*. 57 f. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação)—Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2015.

MACEDO, Lino de. *Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos?* Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Sobre confiabilidade e validade. *Revista Brasileira de Gestão e Negócios*, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 1-12, jan./abr., 2006. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/6471/sobre-confiabilidade-e-validade>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. *Pro-Posições*, São Paulo, v. 23, n. 3 (69), p. 51-66, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n3/04.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

OLIVEIRA, João Paulo Teixeira de. A eficiência e/ou ineficiência do livro didático no processo de ensino-aprendizagem. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4., 2014, Porto, Portugal; CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 7., 2014, Porto, Portugal. *Anais...* Portugal: ANPAE, 2014.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II - a década de 1970 - entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e os estudos sociais*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2014.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1983.

SILVA, Jovana de Souza Nunes. *Avaliação de aspectos pedagógicos de uma coleção de livros didáticos para os anos iniciais do ensino fundamental*. 84 f. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação)—Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n3/06.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SILVA, Marco Antonio. Avaliar a avaliação: um caminho para aperfeiçoar o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação em Revista*, Belo Horizonte. n. 46, p. 399-405. dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a18n46.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Livro didático: do ritual da passagem à ultrapassagem. *Em Aberto*, Brasília, DF, ano 16, n. 69, jan./mar. 1996.

VASCONCELOS, Celso S. *Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo*. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Educação Básica e Educação Superior: projeto político pedagógico*. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VILARINHO, Lúcia Regina Goulart; SILVA, Jovana de Souza Nunes da. A avaliação do livro didático como instrumento de afirmação da autonomia da escola e de seus docentes. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 21, p. 403-428, set./dez., 2015.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. *Avaliação de Programas: concepções e práticas*. São Paulo: Gente, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Ficha de Avaliação entregue às especialistas

Aspectos filosófico-educacionais definidos pelos docentes do Colégio Pedro II
<p>Uso de situações contextualizadas</p> <p>O livro apresenta situações em contextos relacionados ao universo dos alunos</p> <p>1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()</p> <p>Justificativa:</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black;"/>
<p>Perspectiva Interdisciplinar</p> <p>O livro apresenta situações que oferecem uma perspectiva interdisciplinar, mobilizando conceitos de diferentes campos do conhecimento de forma articulada</p> <p>1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()</p> <p>Justificativa:</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black;"/>
<p>Vivência cidadã e participação na construção de uma sociedade justa e democrática</p> <p>O livro investe em atividades que promovem a cidadania</p> <p>1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()</p> <p>Justificativa:</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black;"/>
<p>Estímulo ao levantamento de hipóteses</p> <p>O livro promove, por meio de textos e atividades, a postura investigativa</p> <p>1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()</p> <p>Justificativa:</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black;"/>
<p>Respeito a si mesmo e a outros</p> <p>O livro estimula ações que geram respeito ao próximo e a si mesmo</p> <p>1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()</p> <p>Justificativa:</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black;"/>

Ausência de preconceito

O livro respeita as diversidades em todos os aspectos, sejam elas raciais, religiosas, de gêneros e etc

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Desenvolvimento da autonomia

O livro propõe a construção e o desenvolvimento da autonomia do aluno

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Aspectos Didático-Methodológicos**Organização das sequências didáticas**

O livro apresenta os conteúdos didaticamente ordenados

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Utilidade das estratégias de ensino

O livro propõe atividades relevantes no que diz respeito às estratégias de ensino

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Planejamento das aulas

O livro apresenta elementos que auxiliem e instrumentalizem o professor na elaboração de seu plano de aula

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Conexão entre objetivos e conteúdos

O livro está alinhado com os objetivos de aprendizagem da proposta curricular da disciplina

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Respostas no livro do professor

O livro do professor apresenta as respostas que podem auxiliar o professor na sua prática docente

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Mobilização de conhecimento prévios do aluno

O livro apresenta atividades que valorizem o conhecimento do aluno adquirido fora do âmbito escolar

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Construção de conceitos

O livro promove a construção de conceitos a partir dos conhecimentos dos alunos

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Ampliação dos recursos cognitivos

O livro mobiliza operações mentais que extrapolam a automação e a memorização

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Quantidade de atividades/exercícios por capítulo

O livro possui um equilíbrio no número de atividades/exercícios por capítulo

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Participação do aluno em sala de aula

O livro promove a participação do aluno durante as aulas

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Atividades desafiadoras

O livro é desafiador para o público a que se destina, considerando o seu nível cognitivo e universo social

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Diversidade e qualidade dos textos literários

O livro apresenta textos de boa qualidade e de diferentes gêneros literários

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Aspectos Materiais

Associação entre texto e imagem

O livro faz associações coerentes entre os textos e as imagens que os representam

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Relação entre imagem e conceito

O livro relaciona imagem e conceito de forma coerente

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Clareza dos enunciados

Os enunciados estão corretos (sem erro conceitual)

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Adequação da linguagem

O livro apresenta linguagem adequada ao perfil dos alunos

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

Formatação gráfica

O livro possui apresentação visual clara e estimulante (uso de fontes, imagens, cores e quantidade de ilustrações adequadas)

1. Sim () 2. Não () 3. Parcialmente ()

Justificativa:

APÊNDICE B - Questionário validado entregue à equipe docente do Colégio Pedro II

Prezado Professor,

Estamos realizando um estudo avaliativo que tem por objetivo avaliar e propor um questionário semiestruturado com vistas à sua utilização por docentes do Colégio Pedro II – Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em suas análises de livros didáticos oriundos das indicações emanadas do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Para tanto, precisamos da sua colaboração no sentido de avaliar o instrumento apresentado. Para que possa dar conta desta solicitação, incluímos, no anexo, a ficha de avaliação que está em julgamento.

Assim, responda ao questionário que se segue, observando a pontuação dada, a saber: sim = 2 pontos; parcialmente = 1 ponto; não = 0.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Atenciosamente,

Sandra Regina Pimentel

Questionário para análise do instrumento

Titulação máxima: _____

Local de atuação: _____

Em caso de atuação no CP II, indique o ano _____

Após a análise do instrumento proposto, por favor, responda às questões a seguir:

1. Você concorda com as categorias propostas no instrumento:

a) Aspectos filosófico-educacionais definidos pelos docentes do Colégio Pedro II?

() Sim () Parcialmente () Não

Em caso negativo, justifique sua resposta, indicando qual(is) outra(s) categoria(s) poderia(m) ser acrescentada(s) ou retirada(s) do instrumento.

b) Aspectos didático-metodológicos?

() Sim () Parcialmente () Não

Em caso negativo, justifique sua resposta, indicando qual(is) outra(s) categoria(s) poderia(m) ser acrescentada(s) ou retirada(s) do instrumento.

c) Aspectos Materiais?

() Sim () Parcialmente () Não

Em caso negativo, justifique sua resposta, indicando qual(is) outra(s) categoria(s) poderia(m) ser acrescentada(s) ou retirada(s) do instrumento.

2. Na categoria Aspectos filosófico-educacionais definidos pelos docentes do Colégio Pedro II, você considera os indicadores adequados?

a) Uso de situações contextualizadas

() Sim () Parcialmente () Não

b) Perspectiva interdisciplinar

() Sim () Parcialmente () Não

c) Vivência cidadã e participação na construção de uma sociedade justa e democrática

() Sim () Parcialmente () Não

d) Estímulo ao levantamento de hipóteses

() Sim () Parcialmente () Não

- e) Respeito a si mesmo
 Sim Parcialmente Não
- f) Respeito aos outros
 Sim Parcialmente Não
- g) Ausência de preconceito
 Sim Parcialmente Não
- h) Desenvolvimento da autonomia
 Sim Parcialmente Não

Em casos negativos, justifique suas respostas, indicando qual(is) indicador (es) poderia(m) ser acrescentado(s) ou retirado(s) do instrumento?

3. Na categoria Aspectos Didáticos-Metodológicos, você considera os indicadores adequados?

- a) Organização das sequências didáticas
 Sim Parcialmente Não
- b) Utilidade das estratégias de ensino
 Sim Parcialmente Não
- c) Planejamento das aulas
 Sim Parcialmente Não
- d) Conexão entre objetivos e conteúdos
 Sim Parcialmente Não
- e) Respostas no livro do professor
 Sim Parcialmente Não
- f) Mobilização de conhecimentos prévios do aluno
 Sim Parcialmente Não
- g) Construção de conceitos
 Sim Parcialmente Não
- h) Ampliação dos recursos cognitivos
 Sim Parcialmente Não
- i) Quantidade de atividades/exercícios por capítulo
 Sim Parcialmente Não
- j) Participação do aluno em sala de aula
 Sim Parcialmente Não
- k) Atividades desafiadoras
 Sim Parcialmente Não

l) Diversidade e qualidade dos textos literários

() Sim () Parcialmente () Não

Em casos negativos, justifique suas respostas, indicando qual(is) indicador (es) poderia(m) ser acrescentado(s) ou retirado(s) do instrumento?

4. Na categoria Aspectos Materiais, você considera os indicadores adequados?

a) Associação entre texto e imagem

() Sim () Parcialmente () Não

b) Relação entre imagem e conceito

() Sim () Parcialmente () Não

c) Clareza dos enunciados

() Sim () Parcialmente () Não

d) Adequação da linguagem

() Sim () Parcialmente () Não

e) Formatação gráfica

() Sim () Parcialmente () Não

f) Adequação do título

() Sim () Parcialmente () Não

Em casos negativos, justifique suas respostas, indicando qual(is) indicador (es) poderia(m) ser acrescentado(s) ou retirado(s) do instrumento?

5. Você acha que o instrumento pode apoiar educadores na escolha de livros didáticos para o uso em situações de ensino-aprendizagem durante sua prática pedagógica?

() Sim () Parcialmente () Não

6. Em sua opinião, quais os aspectos positivos e negativos do instrumento?**Positivos:**

Negativos:

7. O instrumento está adequado em relação ao objetivo para o qual foi criado, ou seja, apoiar educadores na escolha de livros didáticos para uso em situações de ensino-aprendizagem? Assinale na escala o valor que melhor representa a sua resposta.

1 (péssimo)	2 (fraco)	3 (regular)	4 (bom)	5 (excelente)

APÊNDICE C - Ficha de Avaliação avaliada e reelaborada pelos docentes do Colégio Pedro II

Aspectos filosófico-educacionais definidos pelos docentes do Colégio Pedro II
<p>1. Uso de situações contextualizadas</p> <p>O livro apresenta situações em contextos relacionados ao universo dos alunos</p> <p>1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()</p> <p>Comentários:</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>2. Perspectiva Interdisciplinar</p> <p>O livro apresenta situações que oferecem uma perspectiva interdisciplinar, mobilizando conceitos de diferentes campos do conhecimento de forma articulada</p> <p>1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()</p> <p>Comentários:</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>3. Vivência cidadã e participação na construção de uma sociedade justa e democrática</p> <p>O livro propõe atividades que promovem a cidadania</p> <p>1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()</p> <p>Comentários:</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>4. Estímulo ao levantamento de hipóteses</p> <p>O livro promove, por meio de textos e atividades, a postura investigativa</p> <p>1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()</p> <p>Comentários:</p> <hr/> <hr/> <hr/>

5. Respeito a si mesmo e a outros

O livro estimula ações que geram respeito ao próximo e a si mesmo

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

6. Respeito às diferenças

O livro respeita as diversidades em todos os aspectos, sejam elas raciais, religiosas, de gêneros e etc

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

7. Desenvolvimento da autonomia

O livro propõe atividades que possibilitam que o aluno construa conceitos e opiniões

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

O livro propõe atividades que possibilitam o aluno a estudar e aprender sozinho

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

O livro propõe atividades que proporcionam o trabalho colaborativo para a construção e desenvolvimento da autonomia”;

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

Aspectos Didático-Methodológicos

8. Organização das sequências didáticas

O livro apresenta os conteúdos didaticamente ordenados, numa sequência lógica

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

9. Utilidade das estratégias de ensino

O livro propõe estratégias de ensino relevantes ao processo de construção do conhecimento

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

10. Planejamento das aulas

O livro apresenta elementos que auxiliam e instrumentalizam o professor na elaboração de seu plano de aula

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

O livro apresenta um manual que apresente outras sugestões de atividades ou novas explorações de conteúdo

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

11. Conexão entre objetivos e conteúdos

O livro está alinhado com os objetivos de aprendizagem da proposta curricular da disciplina

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

12. Respostas no livro do professor

O livro do professor apresenta as respostas que podem auxiliar o professor na sua prática docente

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

O livro apresenta propostas de atividades práticas em sala, ou projetos, relacionados aos conteúdos ensinados

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

13. Mobilização de conhecimentos prévios do aluno

O livro apresenta atividades que valorizam o conhecimento do aluno adquirido fora do âmbito escolar

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

14. Construção de conceitos

O livro promove a construção de conceitos adequados ao nível de desenvolvimento do aluno

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

15. Ampliação dos recursos cognitivos

O livro mobiliza operações mentais que extrapolam a automação e a memorização

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

16. Quantidade de atividades/exercícios por capítulo

O livro possui quantidade de atividades (exercícios por capítulo), adequada aos objetivos da disciplina

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

17. Participação do aluno em sala de aula

O livro propõe atividades que promovam a participação do aluno durante as aulas

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

18. Atividades desafiadoras

O livro é desafiador para o público a que se destina, considerando o seu nível cognitivo?

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

O livro é desafiador para o público a que se destina, considerando o seu universo social?

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

19. Sistematização de conteúdo

O livro apresenta sistematização do conteúdo dado em sala de aula”

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

20. Diversidade e qualidade dos textos literários

O livro apresenta textos de boa qualidade e de diferentes gêneros literários

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

21. Propostas curriculares adaptadas

O livro apresenta propostas de atividades adaptadas, que promovam acesso à informação aos alunos da educação inclusiva

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

Aspectos Materiais**22. Associação entre texto e imagem**

O livro faz associações coerentes entre os textos e as imagens que os representam

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

23. Relação entre imagem e conceito

O livro relaciona imagem e conceito de forma coerente

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

24. Clareza dos enunciados

Os enunciados estão redigidos de maneira clara

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

25. Adequação da linguagem

O livro apresenta linguagem adequada ao perfil dos alunos

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

26. Formatação gráfica

O livro possui apresentação visual clara e estimulante (uso de fontes, imagens, cores e quantidade de ilustrações adequadas)

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

27. Qualidade do material

O livro apresenta um material físico de qualidade que garanta a sua durabilidade

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:

28. Adequação do título

O livro apresenta um título adequado ao seu conteúdo

1. Sim () 2. Parcialmente () 3. Não ()

Comentários:
